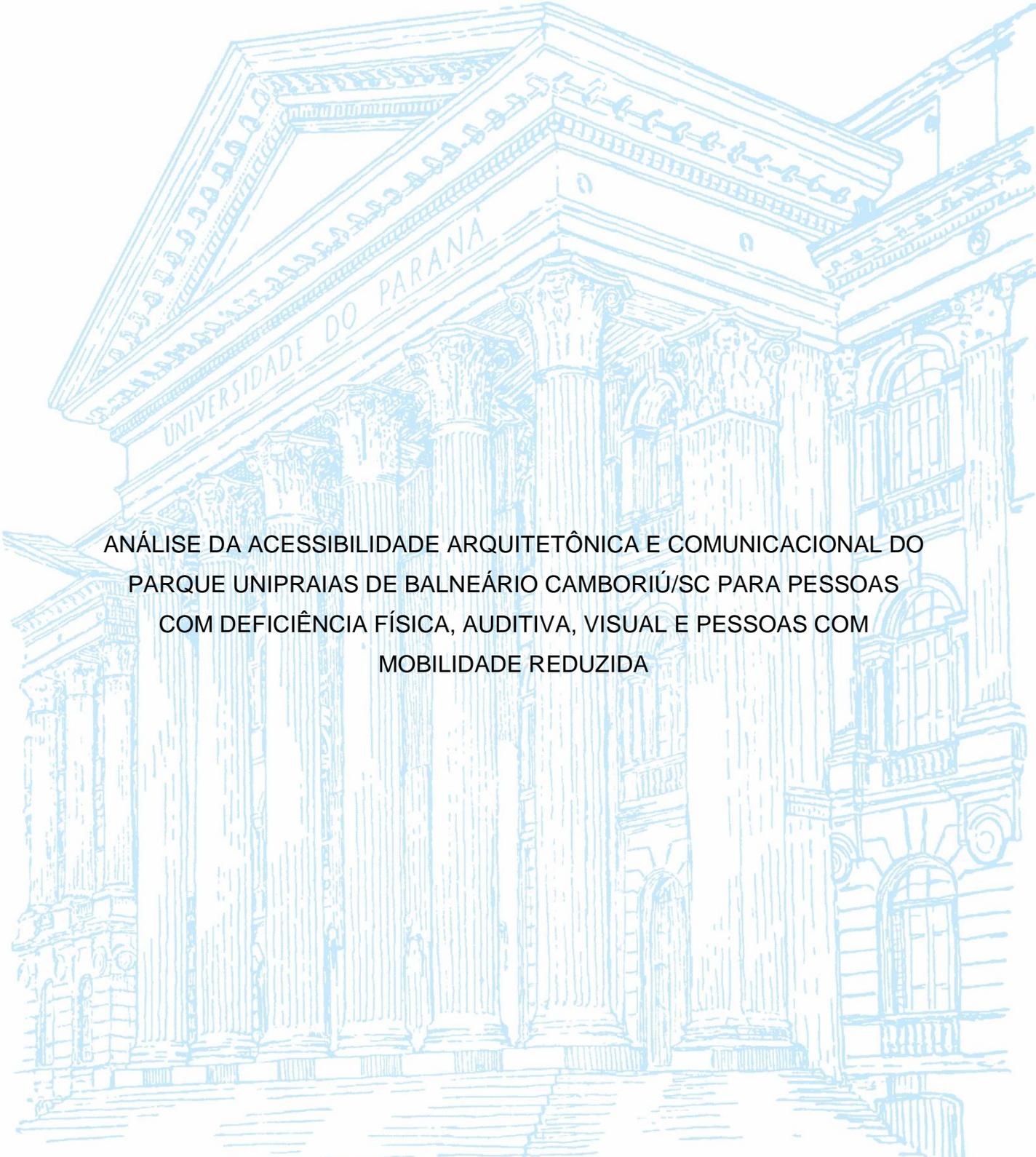


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MYLENA BARBOSA DOS SANTOS SCHLOSSER



ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL DO
PARQUE UNIPRAIAS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, AUDITIVA, VISUAL E PESSOAS COM
MOBILIDADE REDUZIDA

CURITIBA

2018

MYLENA BARBOSA DOS SANTOS SCHLOSSER

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL DO
PARQUE UNIPRAIAS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, AUDITIVA, VISUAL E PESSOAS COM
MOBILIDADE REDUZIDA

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo apresentado à disciplina de Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo II, Curso de Turismo, Departamento de Turismo, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Luciane de Fátima Neri

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter me dado saúde, disposição e paciência para realizar este trabalho.

Ao meu marido e aos meus pais, especialmente, por terem me apoiado e incentivado a entrar para o curso que almejava, sempre me dando forças psicológicas e financeiras para concluí-lo.

Aos meus amigos, colegas de faculdade e trabalho, que sempre contribuíram com forças, pensamentos positivos e incentivos.

Ao parque Unipraias por ter me permitido realizar este trabalho em seu espaço.

À minha professora orientadora Luciane Neri que sempre deu dura, mas também muitas ideias, para me incentivar a concluir este projeto.

E agradeço a todos os professores do curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná por terem me concedido um leque de aprendizado que pude utilizar neste trabalho, e que utilizarei na minha vida como uma turismóloga.

RESUMO

O presente trabalho refere-se à acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no parque Unipraias, localizado em Balneário Camboriú, Santa Catarina. No referencial teórico, foi apresentada uma contextualização do que é e quais são os tipos de deficiência, mostrando as barreiras que enfrentam e como acessibilidade ajuda na inclusão destas pessoas. De maneira que o foco do trabalho seja uma visão geral da acessibilidade do parque, a metodologia consiste em caráter descritivo e abordagem qualitativa. Posteriormente foram apresentadas técnicas de pesquisa como a bibliográfica para verificação de legislações vigente; formulário para análise *in loco* da infraestrutura; questionário com o gerente do local para averiguar projetos voltados à essa área; e pesquisas na internet direcionadas ao que os visitantes consideram do parque, visando a reputação online do Unipraias. A partir do que foi analisado, notou-se a necessidade de um projeto voltado à área de comunicação, que consiste em quatro diferentes propostas, sendo: capacitação para funcionários aprenderem LIBRAS; criação de réplicas táteis; apreciação por cegos de imagens publicadas em redes sociais; e aplicativo que dá auxílio sobre informações do parque, além de ter áudiodescrição de vários pontos do parque.

Palavras-chave: Acessibilidade. Deficiência. Parque Unipraias.

RESUMEN

El presente trabajo se refiere a la accesibilidad para personas con discapacidad y movilidad reducida en el parque Unipraias, ubicado en Balneário Camboriú, Santa Catarina. En el referencial teórico, se presentó una contextualización de lo que es y cuáles son los tipos de discapacidad, mostrando las barreras que enfrentan y cómo accesibilidad ayuda en la inclusión de estas personas. De manera que el foco del trabajo sea una visión general de la accesibilidad del parque, la metodología consiste en carácter descriptivo y abordaje cualitativo. Posteriormente se presentaron técnicas de investigación como la bibliográfica para verificación de legislaciones vigente; formulario para análisis in situ de la infraestructura; cuestionario con el gerente del local para averiguar proyectos volcados a esa área; y encuestas en Internet dirigidas a lo que los visitantes consideran del parque, buscando la reputación online de Unipraias. A partir de lo que fue analizado, se notó la necesidad de un proyecto volcado al área de comunicación, que consiste en cuatro diferentes propuestas, siendo: capacitación para empleados para aprender LIBRAS; creación de réplicas táctiles; evaluación por ciegos de imágenes publicadas en redes sociales; y la aplicación que da ayuda sobre la información del parque, además de tener la diversidad de varios puntos del parque.

Palabras clave: Accesibilidad. Discapacidad. Parque Unipraias.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – NÍVEIS DE DECIBÉIS	11
FIGURA 2 – DIMENSÕES DE UMA PESSOA NA CADEIRA DE RODAS	20
FIGURA 3 – DIMENSÕES LATERAL, FRONTAL E SUPERIOR DE UM USUÁRIO DE BENGALA	20
FIGURA 4 – DIMENSÕES DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	21
FIGURA 5 – MEDIDAS MÍNIMAS DE UM SANITÁRIO ACESSÍVEL.....	22
FIGURA 6 – VISÃO GERAL DO PARQUE UNIPRAIAS	34
FIGURA 7 – ESTACIONAMENTO DO UNIPRAIAS.....	40
FIGURA 8 – CALÇADA EM TORNO DA ESTAÇÃO BARRA SUL	40
FIGURA 9 – ACESSO À ESTAÇÃO BARRA SUL	41
FIGURA 10 – BILHETERIA PREFERENCIAL.....	42
FIGURA 11 – ESCADA PRINCIPAL COM PISO TÁTIL DE ALERTA.....	42
FIGURA 12 – PARTE INTERNA DA CABINE	43
FIGURA 13 – CIRCULAÇÃO INTERNA.....	44
FIGURA 14 – ELEVADOR EXCLUSIVO	45
FIGURA 15 – PLATAFORMA MÓVEL E CADEIRA DE RODAS	45
FIGURA 16 – YOUHOO, ZIPRIDER E FANTÁSTICA FLORESTA.....	46
FIGURA 17 – CALÇADA DA ESTAÇÃO LARANJEIRAS.....	47
FIGURA 18 – ANTES E DEPOIS DOS BONDINHOS.....	48
FIGURA 19 – ESCADAS NA ESTAÇÃO MATA ATLÂNTICA	50
FIGURA 20 – PLACA DE ATENDIMENTO PREFERENCIAL NO EMBARQUE	53
FIGURA 21 – EMPRESA AZUL LINHAS AÉREAS UTILIZANDO A HASHTAG	57
FIGURA 22 – RÉPLICA TÁTIL DO MUSEU TIFLOLÓGICO, NA ESPANHA... ..	58
FIGURA 23 – PAINEL SOBRE MAMÍFEROS ROEDORES NO UNIPRAIAS ..	59
FIGURA 24 – PÁGINAS INICIAIS DO APLICATIVO.....	60
FIGURA 25 – SEÇÃO E EXEMPLO DE ÁUDIODESCRIÇÃO NO APLICATIVO	61

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA.....	14
QUADRO 2 – DIMENSÕES PARA PISO TÁTIL DE ALERTA	21
QUADRO 3 – DIMENSÕES PARA PISO TÁTIL DIRECIONAL	21
QUADRO 4 – DESENHO UNIVERSAL E SEUS PRINCÍPIOS	23
QUADRO 5 – ANÁLISE DA REPUTAÇÃO ONLINE	49
QUADRO 6 – CRONOGRAMA DE AULAS DE LIBRAS	62
QUADRO 7 – CRONOGRAMA DO PROJETO DE COMUNICAÇÃO	64
QUADRO 8 – SETOR OU PROFISSIONAL ENVOLVIDO EM CADA ETAPA.	65

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – VALOR DESEMBOLSADO NO TOTAL.....	67
---	----

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 – ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA.....	52
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CADEVI – Centro de Apoio ao Deficiente Visual

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

IBDD – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NBR – Norma Brasileira

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A DEFICIÊNCIA.....	8
2.1.1	Deficiência física.....	10
2.1.2	Deficiência auditiva.....	10
2.1.3	Deficiência visual.....	12
2.1.4	Deficiência mental.....	13
2.1.5	Deficiência múltipla.....	14
2.1.6	Mobilidade reduzida.....	14
2.2	AS BARREIRAS EXISTENTES NO MEIO.....	15
2.2.1	Barreiras arquitetônicas.....	15
2.2.2	Barreiras atitudinais.....	16
2.2.3	Barreiras programáticas.....	16
2.2.4	Barreiras comunicacionais.....	17
2.2.5	Barreiras metodológicas.....	17
2.2.6	Barreiras instrumentais.....	17
2.3	ACESSIBILIDADE: CONTRUINDO UMA SOCIEDADE INCLUSIVA.....	18
2.3.1	Legislação brasileira sobre acessibilidade.....	19
2.3.2	Desenho Universal.....	22
2.3.3	Inclusão social.....	24
2.3.4	Inclusão no turismo e no lazer.....	27
2.3.4.1	Espaços e atividades de lazer acessíveis.....	30
2.4	PARQUE UNIPRAIAS.....	33
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	36
3.2	TÉCNICAS DE PESQUISA.....	37
3.3	COLETA DE DADOS.....	37
3.3.1	Construção do instrumento de coleta dos dados.....	38
3.3.2	Tabulação e interpretação dos dados.....	38
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	39
4.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.....	39
4.1.1	Análise da infraestrutura.....	39
4.1.1.1	Estação Barra Sul.....	39

4.1.1.2 Estação Mata Atlântica	43
4.1.1.3 Estação Laranjeiras	47
4.2 Análise do questionário	47
4.3 Análise da reputação online	49
4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	51
5 PROJETO DE TURISMO	55
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO	55
5.1.1 Projeto 1: Capacitação para funcionários.....	55
5.1.2 Projeto 2: Apreciação de imagens publicadas em redes sociais	56
5.1.3 Projeto 3: Disposição de réplicas táteis.....	57
5.1.4 Projeto 4: Aplicativo acessível do Unipraias.....	59
5.2 ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO	61
5.2.1 Descrição das etapas para a execução do projeto	61
5.2.1.1 Etapas para a execução do projeto 1: Capacitação para funcionários.....	62
5.2.1.2 Etapas para a execução do projeto 2: Apreciação de imagens publicadas em redes sociais.....	63
5.2.1.3 Etapas para a execução do projeto 3: Disposição de réplicas táteis.....	63
5.2.1.4 Etapas para a execução do projeto 4: Aplicativo acessível do Unipraias....	63
5.2.2 Descrição dos recursos humanos envolvidos em cada etapa	64
5.2.3 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa	66
5.2.4 Avaliação do retorno do investimento	67
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A – AVALIAÇÃO DO PARQUE UNIPRAIAS DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA 9050 DE 2015.	76
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O GERENTE GERAL DO PARQUE UNIPRAIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência são um público que necessitam de atenção para melhor integração em diversas áreas, como o lazer e o turismo. Pensando neste envolvimento, a Lei nº 13.146/2015 é a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, e no capítulo 9, em particular, discorre sobre o “direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer”, em que incentiva e assegura ao público na realização de atividades recreativas, recomendando ainda normas a serem seguidas pelas empresas e atividades da área.

A inclusão social, o fato de buscar ter uma vida como qualquer outra pessoa, é principalmente discutida por Sasaki (1997), que sempre traz à tona a integração destas pessoas dentro da sociedade em atividades praticadas por todos, como o lazer e turismo.

No turismo, estas igualdades de oportunidades já estão sendo vistas em locais de lazer como museus e praias. No caso do Museu Oscar Niemeyer de Curitiba (PR), foram feitas réplicas táteis de obras em que o cego possa não só ter a descrição num áudio guia, mas também tocar uma miniatura para ter uma maior caracterização do objeto. (ARTEINCLUSÃO, 2017). Pensando nas praias, em muitas já foram implantadas cadeiras anfíbias para os cadeirantes terem acesso ao mar, como em Ipojuca (PE) que de acordo com Dias (2013) melhora a qualidade de vida dessas pessoas.

Tendo em vista que Balneário Camboriú é o segundo destino mais popular de Santa Catarina e que o parque Unipraias é a principal atração turística do município (TRIPADVISOR, 2018), verificou-se que ainda não foi feita uma análise de acessibilidade para pessoas com deficiência física, visual, auditiva e pessoas com mobilidade reduzida para averiguar se o atrativo é qualificado para estes visitantes terem uma prazerosa experiência de lazer.

Com isto, este trabalho visa analisar esta inclusão com base na Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) do ano de 2015 e averiguar se o parque Unipraias possui capacidade de atender este público específico.

Sendo assim, o principal problema da pesquisa realizada foi questionado como: “O parque Unipraias é acessível para as pessoas com deficiência física, visual, auditiva e/ou com mobilidade reduzida?”, com o

objetivo geral de analisar a acessibilidade do parque Unipraias e as facilidades ofertadas para as pessoas com deficiência física, visual auditiva e/ou com mobilidade reduzida, e os objetivos específicos:

- Construir referencial teórico sobre acessibilidade de acordo com a legislação vigente;
- Ver exemplos de boas práticas integrativas em locais e atividades de lazer;
- Verificar *in loco* se o parque é acessível ou adaptável de acordo com a ABNT NBR 9050:2015;
- Verificar se o parque atende aos princípios do desenho universal;
- Verificar se os funcionários do parque recebem treinamentos para melhor atender este público;
- Averiguar se possuem projetos para melhorar a inclusão das pessoas com deficiência no parque;
- Avaliar a acessibilidade do parque de acordo com a reputação online;
- Executar um projeto de acessibilidade que complemente o que o parque já apresenta.

Hipótese é o termo utilizado quando a suposição pode ser verificada posteriormente e, sendo assim, as possibilidades abordadas para esta pesquisa são:

- O parque Unipraias é acessível para todas as pessoas;
- O parque Unipraias é acessível somente para as pessoas com deficiência física;
- O parque Unipraias é acessível para pessoas com deficiência sensorial.
- O parque Unipraias é acessível somente para as pessoas com mobilidade reduzida, porém não apresenta facilidades específicas para o público com deficiência.

Com isso, neste trabalho foram analisados para referencial teórico o surgimento da inclusão em espaços comuns, os tipos de deficiências (física, visual, auditiva, mental e múltipla) e suas singularidades, os tipos de barreiras que as pessoas com deficiência se deparam, o que é acessibilidade, desenho universal, e inclusão social, além de exemplos de turismo acessível nacional e internacional em espaços e atividades turísticas e/ou de lazer. Depois de

verificada a parte teórica, foram exibidos os procedimentos metodológicos para as técnicas de pesquisa utilizadas, a análise de resultados sobre a infraestrutura e reputação online, para assim ser apresentado o projeto de turismo para o parque Unipraias

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial ou marco teórico é um esqueleto completo contendo informações acerca do tema relacionado a autores que já trataram sobre, e tem como objetivo desenvolver a teoria para a futura coleta de dados (pesquisa), para posteriormente realizar o projeto. (YIN, 2001).

Neste presente capítulo, serão apresentadas caracterizações sobre deficiências e suas categorias (física, auditiva, visual, mental, múltipla e mobilidade reduzida), os tipos de barreiras enfrentadas por este público, a acessibilidade e sua forma de inclusão social para pessoas com deficiência, e a relação entre a acessibilidade e o turismo.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A DEFICIÊNCIA

Na antiguidade, quando nascia uma criança com deficiência ela era abandonada, pois como tinham o pensamento que os humanos eram imagem e semelhança de Deus, conseqüentemente acreditavam que uma pessoa com tais características teria relação com o pecado, formando uma sociedade intolerante e desprezada. Somente no século XX que a visão sobre as pessoas com deficiência foi mudada e começaram a reconhecer suas necessidades para garantir condições mais próximas do normal. (ARANHA, 1995).

O primeiro conceito de deficiência se deu em 1975 quando a Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e as definiu como “[...] qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual normal [...]”. (RIBAS, 2003, p. 10).

Já a Organização Mundial de Saúde associou a deficiência com incapacidade (insuficiência de exercer uma atividade) e desvantagem (dificuldade em desempenhar papel social), e ainda definiu o termo deficiência como “possível sequela, traduzida em perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente”. (OMS, 1976).

Outro conceito de deficiência, semelhante da OMS, é do Decreto nº 3.298/1999 que tem em sua ementa a regulamentação da Lei nº 7.853, dispõe

sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. A definição vem a ser “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. (BRASIL, 1999).

Os números de brasileiros com alguma deficiência só crescem de acordo com o censo das deficiências visual, auditiva, motora e mental de 2000 e 2010. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou no ano 2000 um Censo e constatou que 24,5 milhões de pessoas afirmaram ter alguma deficiência (em torno de 14,3% da população na época). Já em 2010, o último Censo registrado pelo Instituto, 45,6 milhões de pessoas relataram ter alguma deficiência (percentual de 23,9%). (IBGE, 2012).

Para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de políticas nacionais para inclusão das pessoas com deficiência, foi criado em 1999 o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), que faz parte da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e orienta medidas de promoção e proteção deste público específico, sendo o órgão público nacional mais importante em prol das pessoas com deficiência. (BRASIL, [201-]).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), órgão nacionalmente conhecido, foi criada em 1954 no Rio de Janeiro e tem como objetivo promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A rede está instalada em mais de 2 mil municípios brasileiros, e presta serviços de educação, saúde, assistência social, proteção, capacitação e autogestão. (APAE, [201-]).

Já o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), fundado em 1998, tem o objetivo de ser uma instituição diferente por ter consciência das necessidades das pessoas com deficiência, garantindo e promovendo os seus direitos. (IBDD, [201-]).

A seguir serão melhor descritos, separados e caracterizados os tipos de deficiência, mostrando cada dificuldade que as pessoas com deficiência encontram.

2.1.1 Deficiência física

Schirmer *et al* (2007, p. 23) descreve deficiência física como “[...] comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso” e compromete com “limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida.”

O Decreto nº 3.298 do ano de 1999 define a deficiência física como “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física” e descreve os tipos de deficiência referentes a cada perda de função do corpo, sendo paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, e membros com deformidade congênita ou adquirida. (BRASIL, 1999).

Além dos órgãos e entidades já citados anteriormente, a Associação Apoio ao Deficiente Físico é uma associação focada apenas nesta categoria de deficiência. Foi fundada em 2007, e oferece serviços de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional em sua sede em São Paulo. (ASSOCIAÇÃO APOIO, [201-]).

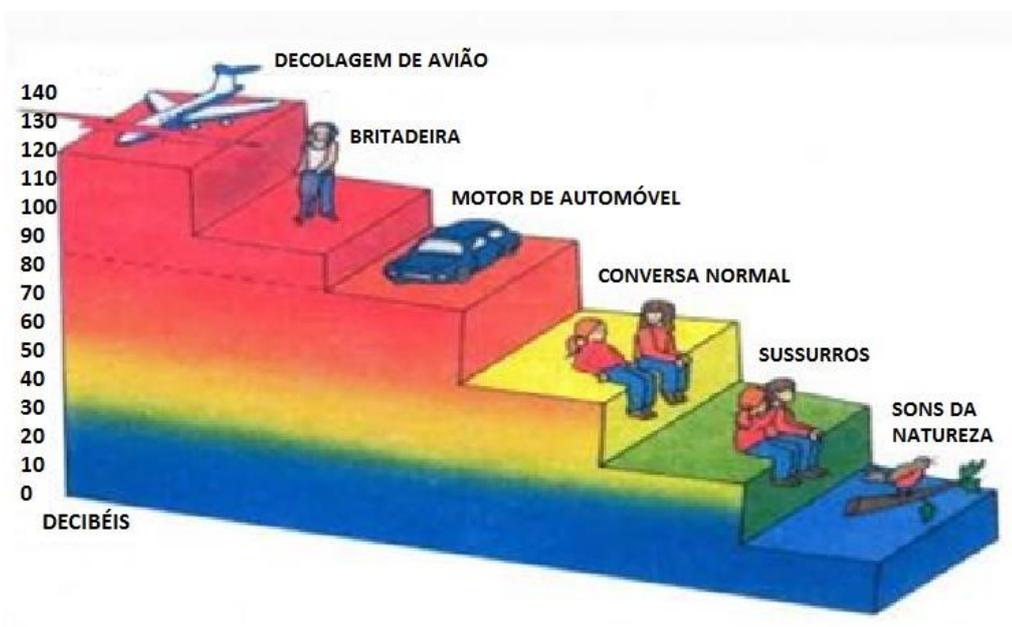
2.1.2 Deficiência auditiva

O interesse pela deficiência, como já dito anteriormente, foi despertado no século XX. Ao que se refere à deficiência auditiva, em 1904, nos Estados Unidos, foi organizado o primeiro congresso destinado a estudar os problemas dos surdos, chamado “Congresso Mundial dos Surdos”, onde combatiam a comunicação oral com a de sinais para concretizar o que era melhor para eles. (SILVA, 1987, p. 219).

O Decreto nº 3.298/1999 define deficiência auditiva de acordo com seus níveis de surdez, como “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz”. (BRASIL, 1999)

Conforme mostra a FIGURA 1, a variação dos níveis de decibéis influencia o quanto uma pessoa ouve. De 0 a 25 decibéis (audição normal) é a frequência dos sons da natureza; de 26 a 40 decibéis (perda leve) frequência dos sons de sussurros; de 41 a 71 decibéis (perda moderada) são frequências relacionadas a uma conversa normal; de 71 a 90 decibéis (surdez severa) são frequências de barulhos de automóveis; de 91 a 100 decibéis (surdez profunda) corresponde a frequência do som de uma britadeira; e por fim acima de 101 corresponde a decolagem de avião.

FIGURA 1 – NÍVEIS DE DECIBÉIS



FONTE: BELO, (s.d).

Os surdos têm como sua própria língua a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que foi regulamentada pela Lei nº 10.436/2002, que define a língua como “[...] sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”, e vale lembrar que cada país tem sua língua de sinais e não é uma língua universal para os surdos. (BRASIL, 2002). Já o Decreto nº 5.626/2005 traz outras concepções para o mundo da deficiência auditiva, por falar da profissão de intérprete de LIBRAS, em que este tem que atuar em processos seletivos, salas de aula e a serviços que as pessoas com deficiência auditiva precisem. (BRASIL, 2005)

É importante ressaltar que uma pessoa surda não é sinônimo de pessoa muda. A sociedade costuma generalizar o termo “surdo-mudo”, porém, na maioria das vezes, o surdo apenas não costuma falar com as cordas vocais, entretanto possui a LIBRAS para se comunicar, e dizer que alguém com dificuldades em falar é mudo chega a ser preconceituoso. (STROBEL, 2006, p. 246).

Tendo em vista um órgão voltado para este tipo de deficiência, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) é uma entidade sem fins lucrativos que visa a defesa de políticas linguísticas, além de educação, cultura, saúde e assistência social a favor da comunidade surda. Sendo assim, ela atua como mediador linguístico (por meio de intérpretes), assistência social e jurídica, age em prol do surdo ser inserido no mercado de trabalho, entre outros serviços. (FENEIS, 2017).

2.1.3 Deficiência visual

O Decreto nº 3.298/1999 define deficiência visual como “os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°”, distinguindo a cegueira que é quando a “acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho”, da baixa visão “que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho”. (BRASIL, 1999)

Existem então estas duas distinções dentro do conceito de deficiência visual. A primeira é a cegueira que é a perda parcial (percepção de vultos e tem relação com a iluminação para conseguir enxergar) ou perda total da visão; e a segunda é a baixa visão que é a alteração da capacidade da visão que pode ser resultado de vários fatores como redução do campo visual ou baixa acuidade. (TORRES; SANTOS, 2015).

Esta categoria de deficiência foi a que apresentou maior frequência no Censo 2010 do IBGE com um total de 35,8 milhões de pessoas, dois terços do total das pessoas com deficiência registrados. (IBGE, 2012).

Pessoas com deficiência visual se comunicam por meio de Braille, criado em 1825 na França por Louis Braille, uma leitura tátil em relevo com apenas 6 pontos e 63 combinações. Dessa forma, os cegos podem ler livros e revistas além de poderem escrever. (BIRCH, 1990, p. 56).

Para se locomoverem sozinhos, os cegos precisam do auxílio de uma bengala e de uma infraestrutura adequada com piso tátil colocado de maneira regular, como mostra a NBR 9050:2015. O uso de cão guia é muito mais prático pelo fato de serem treinados a não passarem por obstáculos e acabam sendo os olhos da pessoa com deficiência visual. (LINDEMANN, 1981).

As dificuldades na prática de atividades de lazer e recreação para este público se encontram principalmente no problema das instalações físicas que impede a pessoa com deficiência de exercer seu papel de consumidor. (CASTELL, 2008).

O Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADEVI) é um órgão presente desde 1984 e auxilia jovens e adultos que perderam a visão. O CADEVI faz atividades de atendimento psicológico, orientação e mobilidade, inclusão digital, artesanato, condicionamento físico, xadrez, karatê e pilates. (CADEVI, 2016).

2.1.4 Deficiência mental ou intelectual

Brasil (1999) define deficiência mental como “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas”, em que as áreas podem ser comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, vida acadêmica, trabalho e lazer.

É importante enfatizar que deficiência mental e doença mental são coisas distintas. Como já citado antes, a deficiência mental é percebida antes dos dezoito anos, nos primeiros anos de vida, quando a pessoa demora para andar ou falar. Já a doença mental apresenta desequilíbrio na percepção e no pensamento, sendo exemplos a esquizofrenia, psicose, paranoia, e psicose maníaca depressiva. (OLIVEIRA, 2008, p. 14).

Este público lida principalmente com dificuldades no preconceito e na independência (autonomia) por sempre precisar do auxílio de alguém, comprometendo em sua qualidade de vida que seria um bem-estar e inclusão na sociedade. (PEREIRA, 2006).

2.1.5 Deficiência múltipla

A deficiência múltipla nada mais é do que uma associação de duas ou mais deficiências, podendo ser a deficiência física, visual, auditiva e mental. (BRASIL, 1999). De acordo com o Ministério da Educação – MEC (1994), este tipo de deficiência acaba acarretando atrasos no desenvolvimento e na capacidade de adaptação.

As categorias deste tipo de deficiência, de acordo com a Fenapaes (2007, p. 23) podem ser quatro diferentes, como podem ser melhor visualizados no QUADRO 1.

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Categorias	Tipos de associações
Física e Psíquica	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência física associada à deficiência intelectual; • Deficiência física associada a transtorno mental.
Sensorial e Psíquica	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência auditiva associada à deficiência intelectual; • Deficiência visual associada à deficiência intelectual; • Deficiência auditiva associada a transtorno mental.
Sensorial e Física	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência auditiva associada à deficiência física; • Deficiência visual associada à deficiência física.
Física, Psíquica e Sensorial	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência física associada à deficiência visual e à deficiência intelectual; • Deficiência física associada à deficiência auditiva e à deficiência intelectual; • Deficiência física associada à deficiência visual e à deficiência auditiva.

FONTE: Adaptado de Fenapaes (2007).

2.1.6 Mobilidade reduzida

A mobilidade reduzida não é um tipo de deficiência, porém o público desta categoria precisa de acessibilidade para se locomover assim como as pessoas com deficiência. A Lei nº 13.146/2015 define pessoa com mobilidade reduzida como “dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso”. (BRASIL, 2015).

2.2 AS BARREIRAS EXISTENTES NO MEIO

O termo acessibilidade deriva da existência de obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Segundo Alves (2010), o termo “barreira” significa obstáculo, impedimento, limite e espécie de vedação, ou seja, ato de cercar e fechar.

Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 define barreiras como:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. (BRASIL, 2015, art. 3º).

A referida Lei descreve seis tipos de barreiras que, por sua vez, Sasaki (1997) relata melhor os contextos dessas seis dimensões, sendo: arquitetônica, atitudinal, programática, comunicacional, metodológica e instrumental, como será melhor detalhada nos tópicos a seguir.

Neste trabalho discute-se mais a acessibilidade arquitetônica e comunicacional como possíveis principais barreiras do local de estudo programado, o parque Unipraias.

2.2.1 Barreiras arquitetônicas

É a barreira mais enfrentada por pessoas com deficiência física e visual. Este tipo de barreira trata dos ambientes físicos como residências, edifícios, espaços e equipamentos urbanos. Pode ser visto este tipo de barreira quando não há rampas, banheiros adaptados, piso tátil, entre outras dificuldades de locomoção (MEC, 2013).

Para a minimização destas barreiras, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou uma norma brasileira, em que a versão de 2015 é a mais recente, para acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, e será melhor comentada no item 2.3.2.

2.2.2 Barreiras atitudinais

A atitude muitas vezes é considerada uma barreira na acessibilidade, pois refere-se a perspectiva dos outros sem preconceito e discriminações. Devido as barreiras atitudinais, as outras barreiras são removidas, pois tudo começa com a uma atitude em mudar para o pró da acessibilidade. Exemplos de barreiras atitudinais podem ser vistas quando uma pessoa não se relaciona com uma pessoa com deficiência pelo simples fato de ter preconceito. (MEC, 2013). Para Correr (2003) estas barreiras condizem com a discriminação, preconceito e desconhecimento, dificultando no processo de inclusão social.

2.2.3 Barreiras programáticas

As barreiras programáticas significam a falta de acessibilidade nas políticas públicas, como leis, decretos, normas, regulamentos, entre outras legislações que promovem conscientização e convivência da diversidade. (MEC, 2013).

Sasaki (1997, p. 146) confirma que existem dois tipos de leis: as gerais e as específicas para o público com deficiência, em que podem ser integracionistas (separadamente garante direitos, benefícios e serviços para estas pessoas) ou inclusivas (dão direitos, benefícios e serviços para todas as pessoas).

São exemplos de acessibilidade programática: a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.098/2000 que é a Lei da Acessibilidade; a Lei nº 10.048/2000 que prioriza o atendimento às pessoas com deficiência e de baixa mobilidade; a Lei nº 11.126/2005 que permite que a pessoa com deficiência visual possa entrar com o cão guia em qualquer espaço; a Lei nº 10.436/2002 que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); A Lei nº 8.213/1991 que é a Lei de Cotas que garante o emprego das pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários, dentre outras legislações.

2.2.4 Barreiras comunicacionais

A comunicação é a barreira mais enfrentada pelas pessoas com deficiência auditiva pelo fato de terem sua própria língua. As barreiras da comunicação envolvem a língua de sinais, textos em braile (como jornal, livro, revista, etc.), e comunicação virtual (acessibilidade digital). (MEC, 2013).

Nos campos do turismo, trabalho e educação podem ser notadas essas barreiras quando há falta de sinalização e intérpretes da língua de sinais para auxiliar aos que precisam. (SASSAKI, 2009, p. 10).

O processo de comunicação envolve diferentes tipos de elementos, como a linguagem (a fala), a cultura (de cada pessoa) e a tecnologia (que se irá utilizar), porém todas se complementam para obterem a informação para novas experiências sensoriais. (PERLES, 2006).

2.2.5 Barreiras metodológicas

Barreiras metodológicas – ou barreiras pedagógicas – envolvem falta de acessibilidade nas técnicas de estudo. No caso, está relacionada diretamente à atuação docente com a forma do professor ensinar e incluir o aluno com deficiência na sala de aula. (MEC, 2013). No lazer, esta barreira pode ser contornada com a substituição da forma tradicional de executar um serviço, pois normalmente não leva em conta a deficiência, e assim pode estabelecer novas propostas para as pessoas com deficiência usufruírem dos mesmos serviços. (SASSAKI, 2009, p. 12)

2.2.6 Barreiras instrumentais

Estes tipos de barreiras envolvem instrumentos como utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), e de lazer e recreação (comunitária, turística e esportiva), tendo relação principalmente com a materialidade. (MEC, 2013).

Para Sasaki (1997), os instrumentos podem ser qualquer tipo de material que a pessoa utilizará, podendo o indivíduo ter dificuldades na escola com um simples lápis, ou no cotidiano fazendo higiene pessoal, ou no trabalho

com um teclado de computador, devendo ser adaptado para a utilização sem dificuldades.

2.3 ACESSIBILIDADE: CONTRUINDO UMA SOCIEDADE INCLUSIVA

O entendimento de acessibilidade começou em meados do século XX, em 1908, em que organizações norte-americanas começaram a estudar os problemas que as pessoas com deficiência enfrentavam e começaram a criar programas para melhoria da qualidade de vida. (SILVA, 1987, p. 219).

De acordo com Ferreira (2010) a palavra acessibilidade tem origem do latim *accessibilitas* e significa “livre acesso, possibilidade de aproximação”. A Associação Brasileira de Normas Técnicas define acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p. 2).

Há ainda a diferenciação de quatro termos, além da acessibilidade, que estão relacionados. O primeiro é o conceito de “acessível” que são os locais e elementos que podem ser utilizados por qualquer pessoa, como edificações, transportes, informação e etc. O segundo termo é “adaptável” que se caracteriza quando estes locais e elementos podem ser alterados para se tornar acessível. A terceira concepção é “adaptado” que é quando o “adaptável” já passou por alterações e o espaço e elemento já são acessíveis. O último conceito é de “adequado” e é quando o espaço e elemento já foi planejado para ser acessível. (ABNT, 2015).

Ao se tratar de legislação em acessibilidade, pode-se notar especificamente a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”, além de outras providências. Nesta referida lei, pormenoriza os elementos da urbanização, do desenho e da localização do mobiliário urbano, da acessibilidade dos edifícios públicos e privados, nos veículos de transporte coletivo, da comunicação e

sinalização, trazendo total regulamentação para as pessoas com deficiência. (BRASIL, 2000).

Schwarz e Harber (2009) consideram ser acessibilidade o pleno direito de ir e vir, como um cego tendo orientação sonora dos semáforos para atravessar a rua sozinho e em segurança, um cadeirante poder se locomover sem ajuda por não apresentar obstáculos a frente, e um surdo poder ter intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para se comunicar.

2.3.1 Legislação brasileira sobre acessibilidade

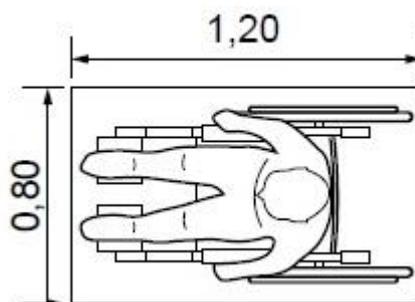
A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no Brasil. A ABNT foi fundada em 1940, e é uma entidade sem fins lucrativos que estabelece leis, regras, e diretrizes para o uso comum, sendo a responsável pelas normas que os estabelecimentos devem cumprir para melhor atenderem o público. (ABNT, 2014).

A Norma Brasileira nada mais é que um conjunto de regras que envolvem termos, definições, parâmetros, circulações, dimensões, aplicações, informações, sinalizações, mobiliário urbano, entre outras categorias para uma acessibilidade plena em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. (ABNT, 2015).

Com isso, a ABNT é a responsável por normas já estabelecidas para o melhor conforto e segurança das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, como a Norma Brasileira 15250 (acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário); a Norma Brasileira 15599 (acessibilidade na comunicação na prestação de serviços); a Norma Brasileira ISSO 9386 (plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida); e por fim a mais recente e atualizada a Norma Brasileira 9050 (acessibilidade nas edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

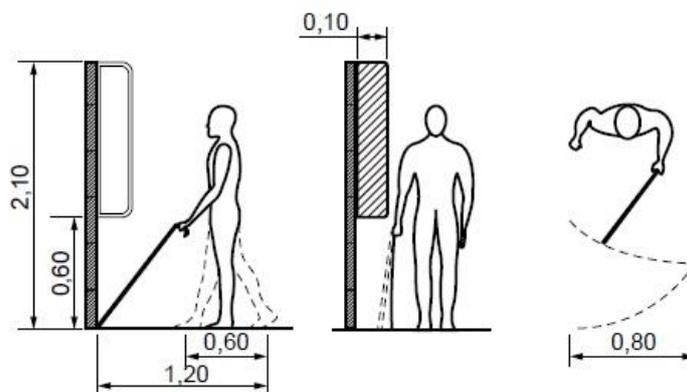
Alguns parâmetros de acessibilidade precisam ser analisados para uma melhor observação em campo para o futuro projeto a ser criado. Sendo assim, a FIGURA 2 indica dimensões de referência de uma pessoa na cadeira de rodas que precisa para se locomover. Para uma pessoa com bengala (geralmente pessoa com deficiência visual), as dimensões podem ser visualizadas na FIGURA 3.

FIGURA 2 – DIMENSÕES DE UMA PESSOA NA CADEIRA DE RODAS



FONTE: ABNT (2015).

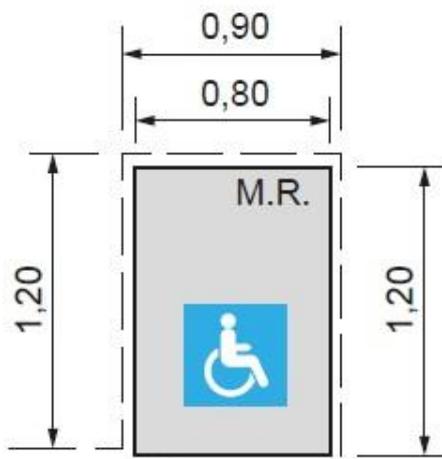
FIGURA 3 – DIMENSÕES LATERAL, FRONTAL E SUPERIOR DE UM USUÁRIO DE BENGALA



FONTE: ABNT (2015).

Outras dimensões importantes são do estacionamento destinado para uma pessoa com deficiência (FIGURA 4), piso tátil de alerta (QUADRO 2) e direcional (QUADRO 3), sanitário acessível (FIGURA 5).

FIGURA 4 – DIMENSÕES DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



FONTE: ABNT (2015).

QUADRO 2 – DIMENSÕES PARA PISO TÁTIL DE ALERTA

Piso tátil de alerta	Recomendado	Mínimo	Máximo
Diâmetro da base do relevo	25	24	28
Distância horizontal entre centros de relevo	50	42	53
Distância diagonal entre centros de relevo	72	60	75
Altura do relevo	4	3	5

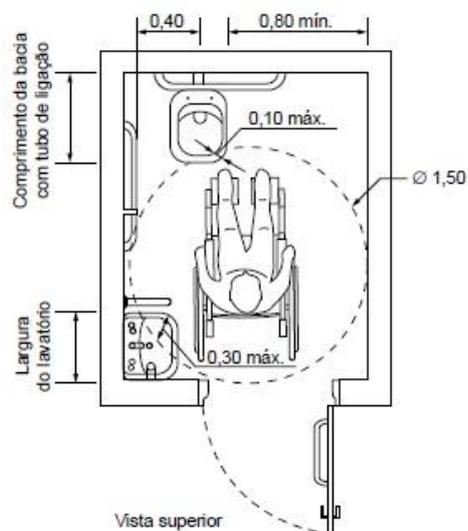
FONTE: ABNT (2015).

QUADRO 3 – DIMENSÕES PARA PISO TÁTIL DIRECIONAL

Piso tátil direcional	Recomendado	Mínimo	Máximo
Largura da base do relevo	30	30	40
Largura do topo	25	20	30
Altura do relevo	4	3	5
Distância horizontal entre os centros de relevo	83	70	85
Distância horizontal entre as bases de relevo	53	45	55

FONTE: ABNT (2015).

FIGURA 5 – MEDIDAS MÍNIMAS DE UM SANITÁRIO ACESSÍVEL



FONTE: ABNT (2015).

Esta norma será usada para criar um questionário adequado – como pode ser melhor visualizada no Apêndice A – para a pesquisa de campo que será feita no parque Unipraias para posteriormente analisar se o parque é acessível de acordo com seus parâmetros.

2.3.2 Desenho Universal

Quando se iniciaram as discussões sobre acessibilidade, começaram a eliminar barreiras ou reduzi-las, criando a adaptação do meio físico nas edificações, nos transportes, entre outros meios físicos. Nesse meio tempo surgiu o conceito de “desenho acessível” que é um projeto que visualiza a acessibilidade para as pessoas com deficiência, tornando os espaços acessíveis e não adaptados somente. (SASSAKI, 1997, p. 139).

O conceito de desenho universal tomou a frente, dado que é além do desenho acessível, devido a abranger também produtos e atender maiores necessidades das pessoas, tornando-se uma arquitetura para todos. (SASSAKI, 1997, p.141).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas e com a Lei nº 13.146/2015, desenho universal é “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade

de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”. Com isso, vê-se que o desenho universal propõe uma arquitetura e um design mais focados na diversidade das pessoas. (ABNT, 2015, p. 4).

Edward Steinfeld, diretor do *IDeA Center for Inclusive Design and Environmental Acces*, apresentou no VI Seminário Ibero-Americano de Acessibilidade ao Meio Físico em 1994 outro ponto de vista de desenho universal:

[...] não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é para todas as pessoas. A ideia do desenho universal é evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, no sentido de assegurar que todos possam utilizar todos os componentes do ambiente e todos os produtos. (STEINFELD, 1994, p. 87).

De acordo com a ABNT (2015, p. 139-140), o desenho universal possui sete princípios, que foram aderidos mundialmente por planejamentos em obras de acessibilidade. No Quadro 4 a seguir é melhor visualizada os princípios e suas características.

QUADRO 4 – DESENHO UNIVERSAL E SEUS PRINCÍPIOS

Princípios do Desenho Universal	Características
Uso equitativo	Local ou elemento que possa ser usado por todas as pessoas, independentemente da idade ou habilidade.
Uso flexível	Ambiente ou elemento que atenda as preferências das pessoas oferecendo não só uma maneira de manuseio, como exemplo é ter um elemento acessível tanto para um destro quanto para um canhoto.
Uso simples e intuitivo	Local ou elemento que seja de fácil compreensão, dispensando experiência, habilidades ou grande nível de concentração.
Informação de fácil percepção	Ambiente ou elemento que precisa que as informações sejam legíveis a todos, sendo visuais, verbais e táteis para cegos, surdos, analfabetos, entre outros, conseguirem compreender.
Tolerância ao erro	Minimização de riscos e acidentes por conta do uso do espaço ou elemento, isolando e/ou eliminando estas possíveis ameaças.
Baixo esforço físico	O ambiente ou elemento deve dar condições de manuseio com o mínimo de fadiga muscular, de maneira eficiente e confortável.
Dimensão e espaço para aproximação e uso	O espaço ou elemento deve ter dimensão e espaço para manuseio de forma confortável, independentemente do tamanho e da mobilidade da pessoa.

FONTE: Adaptado da ABNT (2015).

2.3.3 Inclusão social

Para chegar a origem de inclusão social, precisa-se falar dos conceitos pré-inclusivistas e inclusivistas. O entendimento de pré-inclusivistas tem quatro momentos: modelo médico da deficiência, integração social, normalização e *mainstreaming*. Estes momentos têm em comum o fato de quererem ajudar as pessoas com deficiência, porém nenhuma das formas que realizavam esta inclusão satisfazia plenamente os direitos que estas pessoas tinham, pois não modificavam as espaços físicos, práticas sociais e atitudes. (SASSAKI, 1997, p. 28)

O primeiro momento pré-inclusivista é o modelo médico da deficiência, onde Stil¹ (1990, *apud* SASSAKI, 1997, p. 28) descreve que este modelo trata as pessoas com deficiência como pacientes, pois no ponto de vista do passado, esse público precisava do cuidado e dependência de outras pessoas e precisavam de cura. O segundo conceito é de integração social, que surgiu para eliminar a exclusão social, período em que consideravam as pessoas com deficiência inválidas. Com a integração, procuravam inserir este público na educação, trabalho, família e lazer. (SASSAKI, 1997, p. 30-31).

A partir da integração social, surgiu a normalização que tinha como pensamento que a pessoa com deficiência tinha o “direito de experimentar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura” (MENDES², 1994 *apud* SASSAKI, 1997, p. 31) e procuravam dar condições de vida semelhantes ao resto da sociedade, criando um mundo separado das pessoas sem deficiência. O último momento é o *mainstreaming* que é um pensamento voltado para a educação por colocar crianças com deficiência em classes comuns, mas sem efetivamente estar numa sala fixa, e sim apenas por conviver num ambiente escolar com outras crianças. (SASSAKI, 1997, p. 32-33).

Os conceitos pré-inclusivistas serviram de experiência para melhorar no desenvolvimento inclusivista posteriormente. Dentro disso, traz concepções de

¹ STIL, M. Independent living: a Swedish definition. In: RATZKA, A. **Tools for power**. Estocolmo: Independent Living Committee of Disabled Peoples' International, 1990. p. 30.

² MENDES, E. G. Integração escolar: reflexões sobre a experiência de Santa Catarina. *InterAção*, Brasília, v. 5, n. 12, 1994. p. 5-16.

autonomia, independência, *empowerment* (empoderamento) e equiparação de oportunidades até chegar na inclusão social.

Sendo assim, autonomia significa controle do que a pessoa queira ou necessite; independência é a ação de decidir sem depender de outras pessoas; e *empowerment* é usar seu próprio poder para controlar a própria vida com empoderamento. Então, a autonomia, a independência e *empowerment* estão interligadas, pois todas condizem com potencialização. Já a equiparação de oportunidades refere-se a tudo ser acessível a todos, não tendo nenhum tipo de barreira, surgindo a inclusão social (SASSAKI, 1997, p. 36-40).

Então, apenas no final do século XX, em 1990, o conceito de inclusão social alavancou e tinha como objetivo o planejamento de cidades moldadas para todas as pessoas, com ou sem deficiência. Os princípios da inclusão envolvem a celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com qualidade de vida. Nesta mesma época, para o alcance desta inclusão, implementaram projetos e planos para a busca igualitária de oportunidades, além do cumprimento das leis já vigentes. (SASSAKI, 1997, p. 17).

A ONU (1982) define inclusão social como:

[...] processo através do qual os sistemas gerais da sociedade — tais como o ambiente físico e cultural, a habitação e os transportes, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades educacionais e de trabalho, a vida cultural e social, incluindo as instalações esportivas e recreativas — são feitos acessíveis para todos. (ONU, 1982, § 12).

É importante ressaltar, novamente, que integração social e inclusão social são coisas distintas, visto que integração social significa inserir uma pessoa com deficiência na sociedade, e inclusão social significa modificar uma sociedade ao ponto de não ter barreiras e a pessoa com deficiência exercer a cidadania. (SASSAKI, 1997, p.43).

A ideia de inclusão trata-se de ninguém ser excluído, portanto é uma alternativa completa e sistemática que além de respeitar a diversidade, constrói o ambiente social de forma mais justa e equilibrada. A inclusão também pode ser vista como aceitação da sociedade devido as fragilidades e limites das pessoas com deficiência. (BATISTA, 2002, p. 113).

Correr (2002) defende e busca uma sociedade que tenha mais indivíduos independentes (não somente para as pessoas com deficiência) e isso

só pode ser realizado caso tenha acessibilidade e não tenha preconceitos nos locais onde as pessoas irão percorrer.

De acordo com Sasaki (1997) inclusão social:

[...] consiste em tornarmos a sociedade toda, um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Neste sentido, os adeptos e defensores da inclusão, chamados de inclusivistas, estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias etc. em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte, etc. (SASSAKI, 1997, p. 41)

Depois do surgimento da inclusão social, Sasaki (1997, p. 50-52) comenta que originaram os termos “rejeição zero” e “vida independente”. A rejeição zero consiste em não excluir ninguém por causa de qualquer finalidade, como emprego, educação, etc., fazendo as instituições se reajustarem para estas pessoas. Já a vida independente é não ter que depender de ninguém para fazer qualquer coisa, realizando com liberdade atividades de escolha própria.

Devido as pessoas com deficiência serem muitas vezes tratadas como vítimas devido às suas incapacidades, elas possuem autoestima baixa, pois creem que possuir a deficiência seja sinal de problema por precisarem de cuidados, profissionais da saúde, escolas e transportes especiais, serviços prestados inadequados, entre uma série de fatores que muitos não conseguem levar uma vida como uma pessoa sem deficiência. (FEITOSA, 2009).

Tendo isso em vista, Beni (2006) discorre sobre a sustentabilidade social, em que esta dispõe de quatro dimensões: Política, Jurídica, Organizacional e Mercadológica. A importância desta sustentabilidade é pelo fato de realçar o papel da sociedade e dos indivíduos, tendo relação com o bem-estar social trazendo igualdade de oportunidades.

Visando a política e sua legislação mais atualizada sobre o assunto, a Lei 13.146/2015 “institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência”. No artigo 1º diz ser “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (BRASIL, 2015).

Outro fator importante para o desempenho da inclusão social é o turismo social, que visa “promover um turismo responsável, sustentável e acessível a

todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”. (OMT, 1994).

O Ministério do Turismo define o turismo social como “forma de conduzir a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva de inclusão social” e seu público alvo “pertencente a determinadas classes de consumidores com renda insuficiente para usufruir da experiência turística de qualidade, ou a grupos em situação de exclusão que, por motivos diversos, têm suas possibilidades de lazer limitadas.”. (BRASIL, 2004, p.6).

Atualmente, devido a essa inclusão social, as pessoas com deficiência puderam se inserir na sociedade, pois buscaram a partir deste momento uma vida como qualquer outra pessoa, estando cada vez mais envolvidas com atividades praticadas por todos. Um exemplo é o evento Paraolimpíadas, em que acontece de 4 em 4 anos, e são diversas modalidades de esporte em que as pessoas com deficiência participam. (SOUZA, 2011, p. 2).

Vê-se então que a inclusão social é resultado de vários fatores, como solidariedade humanitária, consciência de cidadania, necessidade de melhoria da qualidade de vida, investimento econômico, necessidade de desenvolvimento da sociedade, pressão internacional, cumprimento da legislação, combate à crise no atendimento, e o crescimento do exercício do *empowerment*. (SASSAKI, 1997, p. 168-169).

2.3.4 Inclusão no turismo e no lazer

A OMT (1994, p. 18) define turismo como “atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu habitual [...] com a finalidade de lazer, negócios e outros”, fazendo com que os visitantes tenham contato com outras dimensões.

Com isso, o turismo é um fenômeno econômico, mas além de tudo é uma experiência social que envolvem pessoas que querem atender suas necessidades no quesito prazer e diversão, além de promover intercâmbio cultural. (MOESCH, 2002, p. 8).

Segundo Dumazedier (1980, p. 19), lazer é, de maneira geral, momentos em que o indivíduo se entrega livremente para repousar, recrear-se e divertir-se, muitas vezes para “dar um tempo” de obrigações profissionais, familiares e sociais, desligando-se do cotidiano.

As pessoas estão cada vez mais buscando satisfazer suas necessidades através do turismo, pois além da atividade turística estar se expandindo de forma considerável, ela está se desenvolvendo de forma tecnológica. (GIMENES, 2003, p. 4).

O turismo e o lazer são fontes importantes para o desenvolvimento e qualidade de vida humana. Antes o lazer não era tratado como fundamental, pois a saúde e a educação sempre foram tratadas como preferenciais para esta coletividade. (MAZZOTA; D'ANTINO, 2011).

Segundo Kotler (2002), para atrair um grupo alvo para um específico espaço de lazer, deve-se pensar nos fatores motivacionais que levam os turistas a quererem chegar neste determinado local, garantindo que não tenham barreiras para nenhum visitante e eliminando carências da sociedade, como é o principal caso das pessoas com deficiência.

É necessário que os equipamentos de lazer estejam alinhados para atender as expectativas destes turistas, porém, este público de pessoas com deficiência têm necessidades de acessibilidade, pois acabam encontrando dificuldades no turismo como trata Brasil (2009):

Pessoas com deficiência de diferentes tipologias e pessoas com mobilidade reduzida, tais como idosos e obesos, também poderiam ser incluídos nas estatísticas de exclusão social do turismo, pois encontram dificuldades para se adaptarem às instalações e equipamentos nas edificações turísticas e espaços de lazer, ao mesmo tempo em que encontram prestadores de serviços sem qualificações específicas para um atendimento diferenciado. (BRASIL, 2009, p. 9).

Não só os equipamentos precisam estar alinhados como também os atendentes que deveriam buscar qualificação constantemente, pois os profissionais que atuam nas atividades turísticas precisam proporcionar ao viajante uma experiência satisfatória porque lidam com as expectativas deste público frequentemente. (RUSCHMANN, 1997, p. 3)

Apenas em 1970, nos países desenvolvidos, que começaram a fazer excursões voltadas para pessoas com deficiência – a princípio apenas para as

que usavam cadeira de rodas – em que se teve muita dificuldade, pois a maioria dos locais não eram adaptados para este público (como transportes e lugares turísticos). (SASSAKI, 1997, p. 93).

As Nações Unidas (1983) propuseram que os países membros garantissem para as pessoas com deficiência as mesmas chances que as pessoas sem deficiência têm, como frequentar restaurantes, cinemas, hotéis, praias, entre outros locais de recreação, não possuindo obstáculos.

Na década de 80, a então Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) publicou o documento “Turismo para portadores de deficiência física”. Em 1987 a aviação civil sugeriu que as pessoas com deficiência fossem prioridades no atendimento, e já em 1996 a ABNT elaborou normas de acessibilidade e incluiu regras para os transportes seguirem. (SASSAKI, 1997, p. 94).

A importância do lazer para o público com deficiência não é apenas pelo fato de eles terem direito ao acesso, mas de também, segundo estudos realizados por Robertson e Brown (1992), porque a prática do lazer pode melhorar o desempenho de uma pessoa, seja na saúde, trabalho, resistência física e até auto-imagem.

O termo “turismo acessível” foi empregado pela primeira vez no Relatório Baker, em 1989 no Reino Unido. Esta sentença não se aplica apenas para as pessoas com deficiência, mas também se refere à inclusão social e o fato de buscar atividades de lazer que sejam acessíveis para todos os públicos. (NERI, 2005, p. 3).

Com isso, o lazer não foi pensado somente para pessoas com deficiência física, mas sim para todos os tipos de deficiência, e isso trouxe adaptações arquitetônicas, maior contato social, chegando na melhoria da qualidade de vida e ganhando espaço na mídia. (SASSAKI, 1997, p. 96).

De acordo com Pupo, Melo e Ferrés (2006), turismo acessível visa incluir a maior parte da população nas atividades de turismo e lazer, como museus, teatros, gastronomia, passeios ao ar livre, entre outras.

Visando ainda o turismo acessível, é interessante falar de instituições e entidades que promovem turismo para este público. Um dos órgãos é a ADAPTSURF é uma ONG criada em 2007 e trabalha com atividades de lazer, esporte e cultura na natureza, principalmente para o desenvolvimento do surf adaptado. (ADAPTSURF, [201-]).

Também, o Ministério do Turismo juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos criou em 2013 o Programa Turismo Acessível, que é um conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso das pessoas com deficiência. No Guia Turismo Acessível, qualquer pessoa pode avaliar a acessibilidade para pessoas com deficiência (auditivos, visuais, físicas e com pessoas com mobilidade reduzida) em hotéis, pontos turísticos, restaurantes, parques e outras atividades turísticas. (BRASIL, 2013).

Visando os parques de diversão devido ao objeto de pesquisa, viu-se que foi aprovado em 2013 o Projeto de Lei nº 4498/2012 que tem como ementa a disposição de acessibilidade em parques de diversão e “estabelece a disponibilização de ao menos dois brinquedos especialmente projetados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”, fazendo com que os parques entrem no conceito de inclusão social. (CÂMARA, 2013).

2.3.4.1 Espaços e atividades de lazer acessíveis

Desde que se começou a falar sobre inclusão social, grandes países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e Senegal, já eram bastante adiantados no que se referia a lazer inclusivo, como mostraram no congresso “Lazer e Qualidade de Vida para o Século 21” realizado no Canadá em 1996. (SASSAKI, 1997, p. 22).

Como exemplo, a Universal Orlando Resort, localizada nos Estados Unidos, ficou em primeiro lugar entre os melhores parques de diversões do mundo em 2017 de acordo com o “Travellers’ choice” do Tripadvisor. (TRIPADVISOR, 2017). Este complexo de lazer dispõe de um guia completo e atualizado da relação de todos os brinquedos que cada tipo de deficiência precisará de auxílio para visitarem o parque com mais segurança e conforto. Para as pessoas que utilizam cadeira de rodas, o guia consta que todos os espaços são acessíveis para passarem com este meio de locomoção; para as pessoas com deficiência auditiva possuem tanto legendas quanto serviço de intérprete de língua de sinais americana sem custo adicional; para as pessoas com deficiência visual possuem guias entre outros documentos em braille além de sempre que possível acomodam o cão guia do tutor nos brinquedos. (UNIVERSAL ORLANDO RESORT, 2018, p. 6-46).

O Museu do Louvre, maior museu de arte do mundo localizado em Paris, é outra referência internacional em acessibilidade. No próprio site do museu informam que tornar o local mais acessível para o público com deficiência é uma das principais prioridades, pois seguem à risca a lei de deficiência de 2005 da França. Com isso, possuem uma galeria tátil para os visitantes tocarem nas esculturas, e tem principal finalidade para as pessoas com deficiência visual. Os próprios funcionários são instruídos a acompanharem o a pessoa com deficiência caso ele queira, levando desde a entrada do museu até o retorno ao táxi. Também disponibilizam cadeira de rodas gratuitamente e possuem visitas descritivas na língua francesa de sinais. (MUSÉE DU LOUVRE, [201-]).

Em Madri, na Espanha, a Fundação ONCE (Organização Nacional de Cegos da Espanha) criou em 1992 o Museu Tiflológico especialmente adaptado para pessoas com deficiência visual, pois buscavam oferecer uma visitação regular ao museu como qualquer outra pessoa sem apresentações de barreiras. No Museu, os visitantes podem tocar em todas as peças expostas, o espaço foi decorado com iluminação colorida (tendo contraste com o resto dos elementos) para facilitar a orientação, além de ter a disposição os mapas e pisos táteis. Atualmente, o acervo conta com uma sala de obras apenas de artistas cegos, pois visa promover também estes artistas e suas formas de expressão. (ONCE, 2018).

O *Morgan's Inspiration Island*, localizado em San Antonio nos Estados Unidos, foi inaugurado em 2017, e é o primeiro parque aquático do mundo totalmente acessível para pessoas com deficiência física e cognitiva. O parque se intitula como um parque de inclusão, e não somente para pessoas com deficiência, assim, todas as piscinas, tobogãs e o lago artificial com barcos são acessíveis. O empreendimento oferece também cadeiras de rodas a prova d'água, chamadas *PneuChair*, e todas as pessoas com deficiência podem entrar no parque gratuitamente através de reservar online. (MORGAN'S WONDERLAND, [201-]).

Um hotel localizado na ilha de Lanzarote, no Arquipélago Canário, pertencente à Cruz Vermelha de Oslo, na Noruega, é um meio de hospedagem específico para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, pois foi construído especificamente para o público de pessoas com deficiência física (e um acompanhante). Assim, todas as unidades habitacionais, banheiros, piscina,

equipamentos de exercícios são acessíveis, além dos hóspedes possuírem assistência médica, de enfermagem e fisioterapeutas. Adiante, o próprio governo norueguês subsidia a estadia das pessoas com deficiência que não tiverem condições econômicas de pagar. (NERI, 2005, p. 4).

No Brasil, um meio de hospedagem que é exemplo em acessibilidade é o Hotel Fazenda Parque dos Sonhos, localizado em Socorro – São Paulo. O estabelecimento é um meio de hospedagem de referência em acessibilidade e conta com o certificado “Acessibilidade em Edificações Hoteleiras” pela ABNT NBR 9050. O hotel possui chalés e apartamentos adaptados, fazendo com que a pessoa com deficiência tenha condições de alcance para utilização com segurança e autonomia dos mobiliários, espaços e equipamentos do hotel. O hotel fazenda conta com atividades extras de lazer e, em muitas opções, as pessoas com deficiência podem usufruir da recreação. Como exemplo, tem-se seis tirolesas (em que todos vão de bruços) e três delas são acessíveis para todas as deficiências; arvorismo e rapel praticados por pessoas com deficiência visual; boia-cross praticada por todas as deficiências, entre outras atividades de lazer. (PARQUE DOS SONHOS, [201-]).

Foz do Iguaçu, no Paraná, é o terceiro destino mais procurado para realizar lazer no Brasil devido ao Parque Nacional do Iguaçu estar localizado no município. Em 2017, um dos atrativos do parque, o Macuco Safari, que até então não era acessível, passou a ser adaptado. Agora o percurso para o atrativo passa a ser acessível principalmente para pessoas usuárias da cadeira de rodas e pessoas com mobilidade reduzida que eram as que mais tinham dificuldades de locomoção. Disponibilizaram rampas, elevadores e uma espécie de bondinho para transportar este público em segurança até o local de embarque do Macuco. Além disso, os funcionários do parque estão devidamente preparados para auxiliarem estas pessoas. (BRASIL, 2017).

Tratando-se de praias acessíveis, o Brasil, nestes últimos anos, pôde vivenciar diversos projetos para pessoas com deficiência física e pessoas com mobilidade reduzida poderem ir à praia e entrar no mar com segurança e auxílio de profissionais. Um exemplo atual pode ser visto nas praias do Piauí com o projeto “Piauí Praia Acessível”, inaugurada em julho de 2016, desenvolvida pelo Governo do Estado juntamente com a Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID) e parceria com a Secretaria de Estado do

Turismo (SETUR). Nestes quase dois anos de existência, o projeto que conta com rampa de acesso até o mar, cadeiras anfíbias e banheiros adaptados já realizou mais de três mil atendimentos de turistas de diversas regiões do Brasil. (PIAUÍ, 2018).

2.4 PARQUE UNIPRAIAS

O Unipraias é um parque localizado em Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina, e sua principal atração é o bondinho que leva os visitantes da estação Barra Sul até a Praia das Laranjeiras, sendo o único do mundo a ligar duas praias. Além de ser a principal atração da cidade, é o segundo melhor parque de diversões do estado. (TRIPADVISOR, 2018).

A história do parque começou em 1950, quando Normando Tedesco sobrevoava o município de Camboriú e em virtude de problemas técnicos teve que fazer um pouso de emergência, e devido a beleza do local resolveu adquirir as terras. Em 1970, depois de ir aos Estados Unidos e a Europa, foi feito o primeiro projeto de teleférico que ligava o pontal sul ao Morro da Aguada. Depois de falecer, em 1997 o filho deu continuidade ao projeto e foi criada a empresa BONTUR. As obras iniciaram em 1998, e um ano depois foi inaugurado o parque para entretenimento, lazer e educação ambiental. Desde 2000 passam aproximadamente 500 mil pessoas por ano pelo empreendimento. (UNIPRAIAS, [201-]).

Hoje, o espaço conta com três estações onde os turistas podem embarcar e desembarcar para conhecer o local e seus entretenimentos, sendo: Estação Barra Sul, Estação Mata Atlântica e Estação Laranjeiras, como pode ser melhor visualizado na FIGURA 6. (UNIPRAIAS, [201-])

FIGURA 6 – VISÃO GERAL DO PARQUE UNIPRAIAS



FONTE: Unipraias, ([201-]).

Na Estação Barra Sul estão localizados em três pavimentos lojas de roupas, souvenirs, praça de alimentação, estacionamento, bilheteria, além dos pontos de embarque e desembarque. (UNIPRAIAS, [201-]).

Na Estação Mata Atlântica é onde se encontram as três principais atrações do parque. O primeiro é o Youhooo, um trenó que faz um passeio individual ou em dupla pelo Morro da Aguada por até 60km/h; o segundo é o ZipRider, uma tirolesa à 240 metros de altura que liga a Estação Mata Atlântica até a Estação Laranjeiras; e a terceira atração é a Fantástica Floresta, uma trilha temática voltada para o público infantil, de duendes e fadas em que no final os visitantes dão uma volta de trem pela mata. Além destes entretenimentos, a estação conta com dois mirantes, quiosques para alimentação, loja de souvenirs, passarelas em meio à mata com placas indicativas de fauna e flora, e a Casa do Chocolate. (UNIPRAIAS, [201-]).

Por fim, tem a Estação Laranjeiras, onde ocorrem os desembarques para conhecer a Praia das Laranjeiras (via bondinho ou via ZipRider) e embarques para retornar para as outras estações, além de quiosques para alimentação, artigos de praia e artesanato. (UNIPRAIAS, [201-]).

Quando estavam realizando as obras de construção do parque, extraíram pedras ilegalmente e o Morro da Aguada foi devastado, e por causa

disso o Unipraias replantou aproximadamente 12 mil mudas de árvores nativas e palmeiras na Estação Mata Atlântica, mostrando preocupação com a natureza. Já em 2001 teve a inauguração do Projeto Parque Escola, um programa de educação ambiental que releva a importância da preservação para estudantes de escolas públicas e privadas que já atendeu mais de 120 mil alunos e 10 mil professores. Tendo em vista esta preservação, na Mata Atlântica os mobiliários e serviços foram construídos em torno da natureza, não desmatando a mata. (UNIPRAIAS, [201-]).

O Parque Unipraias já recebeu prêmios de marketing (2000), de turismo (1999, 2000, 2001, 2002 e 2008), e até de responsabilidade social e meio ambiente (1999, 2011 e 2012). Com o sucesso do parque, o grupo BONTUR começou a investir em mais empreendimentos como os bondinhos aéreos em Aparecida (SP) e em Canela (RS). (UNIPRAIAS, [201-]).

Visando a acessibilidade, o parque Unipraias atualmente dispõe de dois bondinhos adaptados para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, além de elevadores e rampas de acesso em todas as estações, dispondo sempre os funcionários para ajudar quando necessário. Ademais, ainda oferece desconto de 50% na entrada para idosos acima de 60 anos. (UNIPRAIAS, [201-]).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Andrade (2010, p. 113-117), procedimentos é “a maneira pela qual se obtêm os dados necessários” e metodologia “é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”, sendo procedimentos metodológicos as técnicas de pesquisa.

De acordo com Andrade (2010, p. 109), pesquisa é uma série de procedimentos sistemáticos que tem relação com raciocínio lógico, e objetiva descobrir soluções para os problemas apontados. Gil (1987, p. 19) também define que o objetivo da pesquisa é “proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para Cervo e Bervian (1983, p. 50), a pesquisa é voltada para solução de problemas através de processos científicos, fazendo investigação metodológica.

Conforme Andrade (2010, p. 110), uma pesquisa pode ter como finalidade ordem intelectual e/ou razões de ordem prática, a qual a última se aplica nesta pesquisa por ter objetivo de atender às exigências da vida moderna, como a acessibilidade.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para Andrade (2010, p. 112), as classificações dos tipos de pesquisa se dão através do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, sendo divididas em três: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa. A pesquisa exploratória tem relação com trabalhos científicos e novas descobertas para proporcionar maiores informações sobre um determinado tema. A pesquisa descritiva a autora descreve ser uma pesquisa em que se faz observação, registro, análise e interpretação dos dados, sem influência do pesquisador, principalmente mediante de questionários e observação sistemática. Já a pesquisa explicativa é a pesquisa descritiva só que além disso procura ver as razões dos fenômenos estudados.

Tendo em vista os objetivos apresentados anteriormente e os três diferentes tipos de pesquisa, este trabalho será de caráter descritivo com abordagem qualitativa pelo foco ser levantamento de dados e pelo intuito não ser de obter números como resultados, mas sim ter uma visão geral do Unipraias e

de sua acessibilidade.

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

De acordo com Andrade (2010, p. 122), as técnicas são “conjunto de normas usadas especificamente em cada área [...], podendo-se afirmar que a técnica é a instrumentação específica da coleta de dados”, tendo isso em vista, as técnicas de pesquisa são relacionadas com a coleta de dados que é a parte prática da pesquisa.

As técnicas utilizadas neste trabalho são de pesquisa bibliográfica com autores que falam sobre respectivos temas; levantamento de campo, observação direta e formulário, que segundo Andrade (2010, p. 136) é usado quando se pretende obter maior número de informações; questionário estruturado e pesquisa na internet.

Objetivos específicos	Técnicas de pesquisa
1. Construir referencial teórico sobre acessibilidade de acordo com a legislação vigente; 2. Ver exemplos de boas práticas integrativas em locais e atividades de lazer;	Pesquisa bibliográfica
3. Verificar <i>in loco</i> se o parque é acessível ou adaptável de acordo com a ABNT NBR 9050:2015; 4. Verificar se o parque atende aos princípios do desenho universal;	Levantamento de campo Observação direta Formulário
5. Verificar se os funcionários do parque recebem treinamentos para melhor atender este público; 6. Averiguar se possuem projetos para maior inclusão das pessoas com deficiência no parque;	Questionário
7. Avaliar a acessibilidade do parque de acordo com reputação online.	Pesquisa na internet através do TripAdvisor

3.3 COLETA DE DADOS

Para Andrade (2010, p. 137) a coleta de dados tem função de definir e planejar os instrumentos que serão utilizados para se obter resultados.

Com isso, será utilizada a Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) do ano de 2015. Neste documento são dispostas todas as diretrizes a serem seguidas para o mais satisfatório acesso

das pessoas com deficiência. Assim, será utilizada esta norma para produzir um próprio roteiro de análise, para assim observar a acessibilidade do parque temático.

Também será aplicado um questionário com o gerente do parque Unipraias para saber se os funcionários possuem capacitação para fazerem atendimentos adequados ao público com deficiência (como o curso de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS).

3.3.1 Construção do instrumento de coleta dos dados

Para o primeiro e segundo objetivo específico serão realizadas pesquisas bibliográficas acerca dos temas pertinentes deste projeto. Para o terceiro e quarto objetivo será feito levantamento de campo, observação direta e um formulário com base no Roteiro Básico para a Avaliação da Acessibilidade nas Edificações do ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público e na NBR 9050:2015 o qual consistirá em analisar toda parte de infraestrutura do parque em suas três diferentes estações. Para os outros dois objetivos será realizado um questionário estruturado com o gerente do parque via e-mail, e para o último objetivo será realizada uma análise de comentários sobre o Unipraias no próprio site do TripAdvisor filtrando com as palavras-chaves.

3.3.2 Tabulação e interpretação dos dados

O método utilizado para verificação final de acessibilidade arquitetônica será por meio de gráfico, pois tem uma visualização melhor dos dados obtidos, mostrando o que se encontra acessível e o que é adaptável. Ao final do trabalho será discutido o quanto o Unipraias é, comparando o que foi analisado *in loco*, junto com o questionário aplicado com o gerente do parque, e análise dos comentários do TripAdvisor.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

De acordo com Gil (1999, p. 168), a análise de dados ou análise de resultados objetiva organizar e sumarizar para possibilitar respostas ao problema proposto, e o processo se dá limitando e interpretando o que terceiros disseram e o que o pesquisador viu e leu. Assim, será apresentado e interpretado os dados coletados.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Esta análise de dados se dividiu em três diferentes seções de acordo com os objetivos específicos apresentados anteriormente. A primeira análise será sobre a infraestrutura do Unipraias, a segunda sobre o questionário respondido pelo gerente do parque, e a terceira sobre a reputação online através do site TripAdvisor.

4.1.1 Análise da infraestrutura

Foram realizadas duas diferentes visitas ao parque Unipraias, sendo a primeira no dia 8 de abril (dia de sol) e a segunda 17 de agosto de 2018 (dia chuvoso) para analisar se o tempo influencia na infraestrutura. Tendo em vista as técnicas de pesquisa apresentadas na seção 3 deste trabalho, para verificar a acessibilidade e princípios do desenho universal foi realizada observação direta e preenchimento de formulário (Apêndice A) e será categorizado como acessível ou adaptável para verificar o que precisa ser alterado no parque. A análise da infraestrutura foi feita em cada estação (Barra Sul, Mata Atlântica e Laranjeiras) e foi analisado o estacionamento, o acesso à edificação, a circulação interna, os banheiros e os locais para alimentação.

4.1.1.1 Estação Barra Sul

Na estação Barra Sul é onde fica localizado o estacionamento do parque, em que apresenta piso antiderrapante, nivelado e sem inclinação. Além disso, o estacionamento possui 122 vagas, sendo 2% destinada às pessoas com

deficiência por possuir um vão ao lado para melhor circulação. Estas vagas têm sinalização horizontal e vertical (placa na frente da vaga e desenhado no chão), e estão localizadas na parte externa próximo ao acesso do parque com uma rota acessível feita de elevador.

FIGURA 7 – ESTACIONAMENTO DO UNIPRAIAS



FONTE: Acervo pessoal (2018).

No acesso à edificação foi observada, principalmente, a calçada por ser ampla (ter mais de 1,20m de largura de faixa livre), ter piso tátil direcional e de alerta (com largura superior a 0,25m) por todo percurso, além de ser estável e antiderrapante e não possuir obstáculos no caminho. Apresenta também guias rebaixadas devidamente sinalizadas com piso tátil de alerta em torno, e as rampas têm inclinação máxima de 8,33% e largura mínima de 1,50m. Na parte do acesso à edificação o piso tátil não tem continuidade, porém existe uma entrada acessível, a mesma do acesso do estacionamento, por possui elevador e não escadas como os outros acessos.

FIGURA 8 – CALÇADA EM TORNO DA ESTAÇÃO BARRA SUL



FONTE: Acervo pessoal (2018).

FIGURA 9 – ACESSO À ESTAÇÃO BARRA SUL



FONTE: Acervo pessoal (2018)

Na circulação interna da estação, os corredores são largos, antiderrapantes, regulares e estáveis, e possuem mais de 1,20m de largura, porém não possuem piso tátil direcional e nem de alerta. A bilheteria tem um guichê para atendimento preferencial às pessoas com deficiência, idosos, pessoa com crianças de colo e gestantes, e está a menos de 0,90m do chão. As escadas são os principais meios de acesso em todos interior da estação, porém há um elevador para vencer os desníveis entre os três diferentes pisos: da garagem, da bilheteria e do embarque/desembarque. Apenas na escada principal que dá acesso à área de embarque/desembarque que possui uma faixa de piso tátil de alerta. Nos locais onde se encontram as escadas e rampas também têm corrimãos dos dois lados, contínuos e de formato circular. O elevador tem dimensões de 1,40m x 1,10m no seu interior, com porta de largura livre de mais de 0,80m, e possui suas botoeiras com comunicação também em braille a menos de 1m do chão. No momento do embarque, o controle de passageiros é feito por uma catraca, e para ser realizada uma rota acessível, há uma porta ao lado para principalmente pessoas com cadeira de rodas passarem.

FIGURA 10 – BILHETERIA PREFERENCIAL



FONTE: Acervo pessoal (2018)

FIGURA 11 – ESCADA PRINCIPAL COM PISO TÁTIL DE ALERTA



FONTE: Acervo pessoal (2018)

O Unipraias, em suas três estações, também possui banheiros para pessoas com deficiência. Na Estação Barra Sul há pelo menos um banheiro acessível por pavimento, sendo um unissex no piso da garagem e mais dois no piso da bilheteria, sendo um feminino e um masculino. Todos têm o piso antiderrapante, o sentido de abertura da porta é para fora, possui circulação com

giro de 360°, pois tem as dimensões mínimas de 1,50m x 1,70m, além de ter barras de apoio horizontais a menos de 0,90m do chão. O lavatório está na altura de 0,80m assim como os outros acessórios, e a torneira é de alavanca.

Por fim, a praça de alimentação possui nos restaurantes caixa para pagamento acessível, no autosserviço os utensílios ficam no alcance manual de até 1,20m de altura e 0,50m de profundidade, além dos alimentos e bebidas estarem no alcance visual de 1,15m. As mesas têm altura entre 0,75m e 0,85m e a largura da mesa permite a aproximação frontal de um usuário de cadeira de rodas.

4.1.1.2 Estação Mata Atlântica

Na Estação Mata Atlântica o meio de acesso é apenas por meio dos bondinhos que são nivelados ao chão em cada estação de embarque, e têm área livre interna de 0,68 metros. O piso é antiderrapante, estável e regular, apresenta dois bancos um de frente para o outro, e ainda contem barras de apoio. Quando uma pessoa usuária de cadeira de rodas ingressar nestas cabines, os bancos de um lado são dobráveis, tendo um espaço total de 1 metro no interior, sendo um espaço maior do que o mínimo necessário de 0,80m estipulado pela ABNT. Apesar dos bondinhos sempre estarem em movimento numa velocidade pequena, em todas as cabines há o aviso de que ele pode ser parado eventualmente para embarque e desembarque de idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

FIGURA 12 – PARTE INTERNA DA CABINE



FONTE: Acervo pessoal (2018)

A circulação interna é de piso paralelepípedo não regular (sendo também um pouco derrapante em função dos musgos formados ao redor) e de deck de madeira que é estável, regular e antiderrapante, todos tendo largura superior a 1,20m, porém não possuindo piso tátil.

FIGURA 13 – CIRCULAÇÃO INTERNA



FONTE: Acervo pessoal (2018)

Para vencer desníveis como escadas (muito presentes nesta estação), o parque tem um elevador, com as mesmas medidas do elevador da estação Barra Sul, exclusivo para pessoas com deficiência, localizado em frente ao embarque/desembarque. Também têm uma plataforma móvel disponível nesta estação caso algum visitante solicite.

FIGURA 14 – ELEVADOR EXCLUSIVO



FONTE: Acervo pessoal (2018).

FIGURA 15 – PLATAFORMA MÓVEL E CADEIRA DE RODAS



FONTE: Acervo pessoal (2018).

Os banheiros e a praça de alimentação seguem as mesmas normas e procedimentos da Estação Barra Sul com as mesmas medidas dentro das regras. Conforme o próprio *site* e placas sinalizadas em frente aos brinquedos, alguns dos principais entretenimentos têm restrições no uso. O Youhoo é restrito

para gestantes, lactantes, e pessoas com deficiência mental, pois é um brinquedo que envolve velocidade e adrenalina; o ZipRider não pode ser utilizado por gestantes, lactantes, cardíacos, pessoas com problemas crônicos de coluna e pessoas com deficiência mental e física, também por envolver velocidade, altura e adrenalina; e a Fantástica Floresta é a única que não tem restrições quando ao uso por ser uma área mais infantil e de trilha, podendo ser realizada por pessoas com cadeira de rodas.

FIGURA 16 – YOUHOO, ZIPRIDER E FANTÁSTICA FLORESTA



FONTE: Unipraias e acervo pessoal (2018).

4.1.1.3 Estação Laranjeiras

A Estação Laranjeiras opera principalmente para embarque para retorno a Estação Barra Sul e desembarque para a Praia das Laranjeiras. Sendo assim, o acesso é feito por bondinho, ZipRider e pela calçada, em que esta possui faixa livre de mais de 1,20m de largura, piso tátil direcional e alerta por todo percurso, e não possui obstáculos aéreos ou no piso, da mesma forma feita na Estação Barra Sul.

FIGURA 17 – CALÇADA DA ESTAÇÃO LARANJEIRAS



FONTE: Acervo pessoal (2018).

A circulação interna tem faixas livres com mais de 1,20m, e todo piso é antiderrapante, estável e regular. Os acessos acessíveis são por rampas, as quais têm inclinação máxima de 8,33% e largura mínima de 1,20m. Também, quando há catracas para acesso, a entrada para pessoas com cadeira de rodas e carrinhos de bebê é por uma porta ao lado. Os banheiros e área de alimentação têm as mesmas medidas que as outras estações.

4.2 Análise do questionário

Para esta análise ser realizada, foi elaborado um questionário estruturado com cinco perguntas, sendo duas fechadas e três abertas, com foco na

acessibilidade (APÊNDICE B). Ele foi aplicado via e-mail com o gerente geral do parque Unipraias, o senhor Alfredo Augusto Kuhn que está ocupando o cargo desde 2013.

Com isso, foi respondido no dia primeiro de outubro que o parque apresenta de cinquenta a noventa e nove pessoas no seu quadro de funcionários.

Visando as vagas de emprego, de acordo com a Lei nº 8.213/1991, quando houver mais de cem empregados na empresa, esta deve preencher de dois a cinco por cento dos cargos com pessoas reabilitadas ou com deficiência. Por mais que o Unipraias não tenha esse número mínimo de colaboradores para preencher obrigatoriamente as vagas, o parque dispõe de servidores com deficiência e reabilitados.

Considerando-se a capacitação dos funcionários, todos os colaboradores passam por treinamentos de atendimento periodicamente, e apenas alguns possuem treinamentos em língua de sinais.

Tendo em vista o suporte para o público com deficiência e mobilidade reduzida, o principal procedimento de atendimento para este público é na preferência na assistência tanto para a fila de bilheteria quanto no embarque e desembarque nos bondinhos.

Pensando na acessibilidade e melhor comodidade, o projeto mais atual do parque foi concluído em maio de 2018 onde trocou todas as cabines que ligam as três estações, tornando os bondinhos acessíveis para pessoas com cadeira de rodas e com dificuldade de locomoção.

FIGURA 18 – ANTES E DEPOIS DOS BONDINHOS



FONTE: Acervo pessoal (2018).

4.3 Análise da reputação online

A reputação online foi analisada através do site TripAdvisor e foram verificadas avaliações desde o ano de 2016 até agosto de 2018, que totalizaram em 75 comentários com as seguintes palavras-chave: acessibilidade, adaptado, cadeira de rodas, cadeirante, cego, deficiência, deficiente, grávida/gestante, idoso, mobilidade e surdo. A palavra “acessível” não foi utilizada por motivos de sempre se referir a preço/dinheiro, e não ao tema acessibilidade. As opiniões dos visitantes variam em excelente, muito bom, razoável, ruim e horrível. No quadro a seguir é detalhada a palavra filtrada, número de citações e em qual categoria de avaliação ela se encontra.

QUADRO 5 – ANÁLISE DA REPUTAÇÃO ONLINE

Palavra filtrada	Número de citações	Excelente	Muito bom	Razoável	Ruim	Horrível
Acessibilidade	11	7	3	1	-	-
Adaptado	1	1	-	-	-	-
Cadeira de rodas	1	1	-	-	-	-
Cadeirante	8	3	2	2	1	-
Cego	-	-	-	-	-	-
Deficiência	2	1	1	-	-	-
Deficiente	4	2	-	1	1	-
Grávida/gestante	3	1	1	-	1	-
Idoso	42	25	6	4	4	3
Mobilidade	3	1	1	1	-	-
Surdo	-	-	-	-	-	-

FONTE: Adaptado do TripAdvisor (2018)

Sendo assim, a palavra acessibilidade foi citada 11 vezes desde 2016, com 7 comentários excelentes, 3 muito bom e apenas 1 razoável. As avaliações elogiam a infraestrutura e o principal meio de transporte do parque (o bondinho) e as opiniões inferior a excelente foram devido aos preços no local e não por conta da acessibilidade.

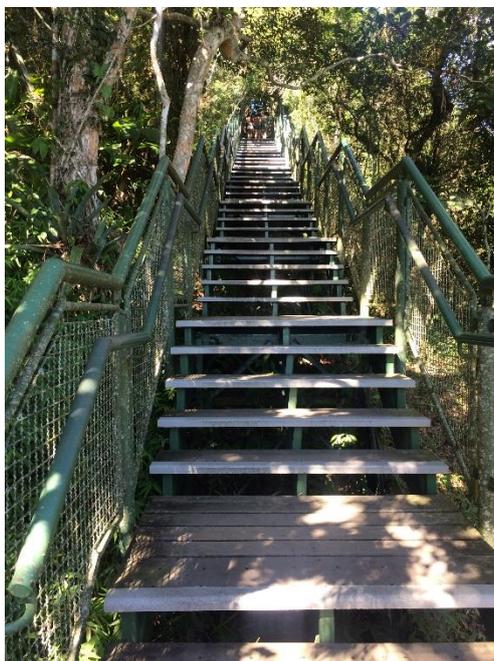
O termo adaptado foi citado apenas uma vez, em 2018, com classificação excelente, com o visitante elogiando os bondinhos adaptados para pessoas com deficiência, lembrando que foram todos trocados em maio deste ano.

O objeto cadeira de rodas foi mencionado também só uma vez, em 2017, com avaliação excelente relatando que alguns lugares no parque não têm acesso total para carrinhos de bebê e cadeiras de rodas e pessoas que carregam ou são usuárias destes objetos terão restrições no caminho, mas conseguem fazer o passeio.

A palavra cadeirante foi citada 8 vezes, sendo 3 classificações excelente, 2 muito bom, 2 razoável e 1 ruim. As avaliações fazem elogios aos bondinhos adaptados sendo considerados seguros e confortáveis, mas também falam de problemas relacionados ao embarque de cadeirante ser de forma lenta e por dispor de poucos bondinhos disponíveis para cadeirantes.

O termo deficiência foi citado duas vezes com avaliação excelente e muito bom, e os comentários foram a respeito das caminhadas árduas para o público em alguns pontos do parque (principalmente onde há muita escada). Já a palavra deficiente foi mencionada 4 vezes, sendo 1 excelente, 2 razoável e 1 ruim com a alegação de não ter fila preferencial.

FIGURA 19 – ESCADAS NA ESTAÇÃO MATA ATLÂNTICA



FONTE: Acervo pessoal (2018)

Foram também filtradas as palavras grávida e gestante onde tiveram 3 avaliações sendo 1 excelente, 1 muito bom e 1 ruim, e se referem,

principalmente, sobre o problema no atendimento prioritário e nas restrições nos brinquedos dentro do parque.

O termo idoso tem o maior número de comentários com um total de 42, sendo 25 excelente, 6 muito bom, 4 razoável, 4 ruim e 3 horrível. Os elogios são por conta de ter meia entrada para este público e por ter diversão para todos; já as críticas são devido à não ter atendimento prioritário, pois relatam ter prioridade para compra do ingresso, mas não para ingressar no bondinho.

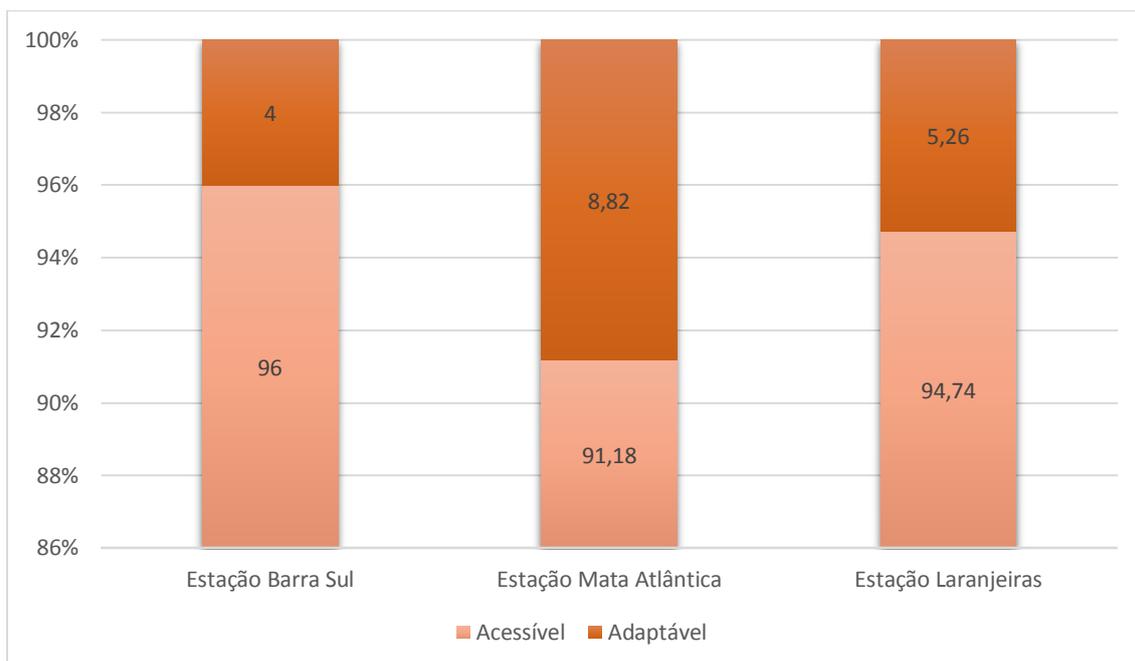
A palavra mobilidade teve 3 avaliações sendo 1 excelente, 1 muito bom e 1 razoável e os visitantes elogiam os momentos de embarque e desembarque por pararem os bondinhos para este público ingressar, mas reclamam pelo fato de ter muitas escadas. Tanto a palavra “cego” quanto a palavra “surdo” não tiveram nenhuma avaliação independente do período filtrado para a pesquisa.

4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com os resultados obtidos sobre a infraestrutura do parque Unipraias, pode-se verificar um total de 122 itens analisados nas três estações, divididas em 50 da Estação Barra Sul, 34 da Estação Mata Atlântica e 38 da Estação Laranjeiras. A alteração de itens analisados de cada estação é devido a só ter estacionamento na Barra Sul, aos acessos serem diferentes às edificações, e pela circulação interna não ter os mesmos itens para análise – como por exemplo a Estação Laranjeiras não apresentar elevador.

Desta forma, as categorias estacionamento, acesso à edificação, circulação interna, banheiros e praça de alimentação foram classificadas como acessível em todas as estações, por apresentarem medidas e condições dentro das normas da ABNT (2015). Já a circulação interna foi classificada como adaptável, e a razão se dá devido ao único item de infraestrutura que nenhuma das três estações apresenta é piso tátil na parte interna das edificações. Além disso, seria necessário trocar o piso da Estação Mata Atlântica por não apresentar estabilidade em dias de chuva, sendo necessário um pavimento regular, estável e antiderrapante. No GRÁFICO 1 pode ser visualizado em porcentagem o quanto é acessível e adaptável no parque.

GRÁFICO 1 – ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA



FONTE: A autora (2018).

No questionário respondido pelo gerente geral, pôde-se analisar que há uma preocupação do parque em atender o público da melhor forma, realizando capacitação com os funcionários e implementando novos projetos de infraestrutura. Verificando a reputação *online* pelo TripAdvisor, foi possível visualizar que o parque sempre acompanha as avaliações, respondendo tanto às críticas quanto aos elogios, tirando proveito dos comentários uma oportunidade de melhorias.

Isso foi percebido de acordo com as palavras selecionadas pesquisadas no TripAdvisor, em que as avaliações mais antigas criticavam itens como atendimento preferencial no embarque e poucos bondinhos acessíveis, sendo que hoje há placa de preferência no embarque (FIGURA 20) e todos os bondinhos foram trocados (e todos são acessíveis).

FIGURA 20 – PLACA DE ATENDIMENTO PREFERENCIAL NO EMBARQUE



FONTE: Acervo pessoal (2018)

Outras críticas dizem respeito às escadas, no interior da Mata Atlântica, que levam a lugares onde não há rota por elevador ou rampa, porém, para estes casos, o parque tem uma plataforma móvel. Os principais problemas para as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida é devido aos brinquedos YooHoo e ZipRider terem restrições de uso para este público, pois o parque não os recomenda por motivos de segurança.

Compreende-se que o parque sempre passa por melhorias em sua infraestrutura e no atendimento aos visitantes, tendo capacidade de atender ao público em geral abrangendo as pessoas com deficiências e mobilidade reduzida. Sua infraestrutura atual supre as necessidades destas pessoas, mostrando que é uma porcentagem muito baixa do que deveria ser feito para aprimorar. Por estarem sempre atentos às avaliações *onlines*, o Unipraias se mostra proativo em alterar o que atrapalha no desenvolvimento do parque e na experiência do visitante.

Portanto, tendo em vista os princípios do desenho universal, o parque não se adequa a todos eles visando sua infraestrutura. Infelizmente, o uso não é equitativo, porém é flexível por não ter apenas uma maneira de realizar a visita, pois nem todas as pessoas com deficiência conseguem sozinhas fazer todo o percurso do parque, mas com auxílio de pessoas e instrumentos (como plataforma móvel), este público não apresenta nenhum problema. Outro princípio

não atingido é o de baixo esforço físico, apresentado principalmente pelo público com mobilidade reduzida ao se depararem com escadas. As informações gerais são de fácil percepção, porém necessitam de maior desenvolvimento para pessoas com deficiência. Por outro lado, o parque soube atender aos princípios do uso simples e intuitivo, a tolerância ao erro, e a dimensão e espaço para aproximação e uso.

Pelo fato do parque apresentar uma infraestrutura capaz de atender todos os tipos de deficiência, detectou-se apenas a necessidade de um projeto de comunicação, devido ao Unipraias ser um ambiente autoguiado e necessitar de mais informação no aspecto visual.

5 PROJETO DE TURISMO

O termo projeto é definido como metodologia – pois envolve procedimentos para desenvolvimento – e este visa solucionar um problema. Para estes esquemas serem criados, há a necessidade de elaboração de um cronograma para sua realização, mostrando em etapas como irá ser executado. (BOUTINET, 2002, p. 28)

Desta forma, serão apresentados quatro projetos convergentes para melhorias em acessibilidade no parque Unipraias com o foco na área da comunicação.

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto, visando a acessibilidade do Unipraias, tem como base a comunicação pessoal e impessoal principalmente para pessoas com deficiência auditiva e visual. Com isso, esta sessão foi dividida em quatro projetos com essência na maior inclusão aos visitantes do parque, sendo capacitação para funcionários – pois como visto na análise de resultados nem todos os colaboradores sabem LIBRAS, uma língua oficial brasileira –; apreciação de imagens publicadas em redes sociais (mostrando a inclusão não só dentro do parque como na internet); disposição de réplicas táteis – para os cegos poderem pegar e sentir como seriam os animais que circulam pelo Unipraias –; e por fim um aplicativo de acessibilidade que o foco seria a áudiodescrição, por se tratar de um local visual e ser interessante as pessoas com deficiência visual saberem o que se passa em cada ambiente.

5.1.1 Projeto 1: Capacitação para funcionários

Visando a capacitação dos colaboradores do parque Unipraias, este projeto tem foco na aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Como o parque tem entre 50 a 99 servidores, as turmas precisariam ser de no máximo 10 pessoas tanto para o melhor desenvolvimento de cada um quanto para não ter insuficiência no quadro de funcionários, pois este projeto poderá ser aplicado em horário de trabalho em salas do próprio no Unipraias.

A instituição que poderia dar as aulas é a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), pois oferece cursos para iniciantes na área. As lições – com duração de duas horas cada – serão aplicadas duas vezes por semana, a partir da segunda semana de abril de 2019, até completar dez semanas com carga horária total de 40 horas, o que é indicado, segundo os professores da área, para nível básico. Todas as aulas são lecionadas por um professor surdo graduado na área (a importância de ser surdo é devido o aluno aprender melhor com um professor que tenha a LIBRAS como língua nativa), e o conteúdo será composto por uma introdução geral à LIBRAS com demonstração das letras, números, saudações, e situações da vida cotidiana. De acordo com o valor apresentado no site da Univali em 2018, o valor cobrado se estima de receita para a realização deste projeto o valor R\$40,00 reais por pessoa, sendo o total por volta de R\$2.000,00 a R\$3.960,00 mil reais variando de acordo com o número de funcionários que farão o curso. (UNIVALI, 2018).

A importância dessa aprendizagem é devido a LIBRAS ser uma língua brasileira e é essencial que um cidadão brasileiro se sinta realizado em visitar espaços onde possa tirar dúvidas e informações na sua própria língua. Assim, com essa interação e aprendizado com um professor surdo, o desenvolvimento dos colaboradores que farão o curso será mais eficiente, e estes poderão colocar em prática em um pequeno prazo no parque.

5.1.2 Projeto 2: Apreciação de imagens publicadas em redes sociais

O projeto “#PraCegoVer” é uma criação de Patrícia Braille e propõe que fotos em redes sociais tenham descrição para a pessoa com deficiência visual saber do que trata a figura, sempre colocando a *hashtag* “pracegover” antes da foto. Como este público normalmente tem um aplicativo de leitor de tela, esta informação ajuda na comunicação. (FAPCOM, 2016).

Sendo assim, este projeto para o parque visa implementar em plataformas online como no instagram, no facebook e no site do Unipraias estas legendas em todas as publicações onde houver fotografias. Os setores que operam diretamente na divulgação nestas redes sociais que irão realizar esta operação.

A informação de como fazer este tipo de publicação também é disposta pela criadora do projeto para que mais empresas possam utilizar. A autora ensina que a imagem deve ser descrita da esquerda para a direita e de cima para baixo, falando das cores apresentadas e evitando adjetivos de forma breve e objetiva, como é possível visualizar de exemplo na FIGURA 21. Como é algo que a autora demonstra como fazer por passos para que qualquer pessoa ou empresa possa realizar, o próprio setor de marketing ou comunicação poderá efetuar, não havendo custos.

FIGURA 21 – EMPRESA AZUL LINHAS AÉREAS UTILIZANDO A HASHTAG

#PraCegoVer Imagem de um avião ATR da Azul Linhas Aéreas parado no pátio do aeroporto. Em cima dele o céu, que está azul.



FONTE: Redes sociais Azul Linhas Aéreas (2018).

5.1.3 Projeto 3: Disposição de réplicas táteis

Réplicas táteis são objetos, imagens e lugares que são projetados de forma física em relevos e detalhes para serem tocados por pessoas com deficiência visual, os quais conseguem visualizar dessa forma as amostras. Como o parque apresenta algumas placas que explicam sobre os animais que existem no local e também possui um projeto de educação ambiental, seria interessante a disposição destas réplicas táteis, pois a intenção é que além dos painéis pelo parque que explicam sobre os animais, sejam feitas réplicas destes

animais para que principalmente os cegos e crianças possam sentir com as mãos como o animal se parece, complementando a imaginação.

FIGURA 22 – RÉPLICA TÁTIL DO MUSEU TIFLOLÓGICO, NA ESPANHA



FONTE: ONCE (2016).

De acordo com a empresa P1 Protótipos, as impressões 3D são uma boa maneira de produzir detalhadamente algum objeto (que pode ser feito com plástico, metal, nylon e concreto), e é tanto uma forma rápida de ficar pronta quanto possui uma longa durabilidade. Sendo assim, o custo dessas réplicas de animais num tamanho de até quinze centímetros é de R\$1.500,00 reais já contanto a modelagem e a impressão. Como o parque cita oito diferentes animais em suas placas (paca, cotia, jaguatirica, gato-do-mato, bugio, gambá e preá), ficaria o total de R\$12.000,00 reais estas réplicas em 3D. (P1 PROTÓTIPOS, 2018). Então, no começo de 2019 poderiam já encomendar e implantar essas réplicas ao lado de cada painel que explica sobre determinado animal.

FIGURA 23 – PAINEL SOBRE MAMÍFEROS ROEDORES NO UNIPRAIAS



FONTE: Acervo pessoal (2018).

5.1.4 Projeto 4: Aplicativo acessível do Unipraias

Este projeto de aplicativo para o Unipraias é uma forma dos visitantes terem em mãos todas as informações que o parque abrange. O aplicativo, além de dispor em diferentes idiomas, é dividido em quatro seções: comprar ingressos tanto para o parque quanto para as atrações; ver quais são as atrações disponíveis; auxílio para quando alguém precisar de ajuda de algum atendente do parque; e áudiodescrição que é o principal diferencial deste aplicativo.

FIGURA 24 – PÁGINAS INICIAIS DO APLICATIVO



FONTE: A autora (2018).

A áudiodescrição é uma tradução capaz de transformar imagens em palavras. Como o parque é muito visual, pensou-se em fazer áudiodescrição para os cegos em vários pontos do parque, como o embarque, maquete localizada na Estação Barra Sul, bondinho, painéis espalhados pela Estação Mata Atlântica, mirantes e etc., para eles terem conhecimento e se sentirem incluídos em mais um aspecto.

Com isso, nesta seção do aplicativo sobre áudiodescrição, serão dispostos os nomes e imagens correspondentes aos pontos de visitação do Unipraias. Ao clicar na imagem, terá a descrição para leitura e também um dispositivo para reproduzir em áudio esta explicação – para caso o usuário não tenha o aplicativo que leia sozinho a tela do celular. Lembrando ainda que a inclusão acontece com cegos de outras nacionalidades pelo aplicativo estar disposto em mais línguas.

FIGURA 25 – SEÇÃO E EXEMPLO DE ÁUDIODESCRIÇÃO NO APLICATIVO



FONTE: A autora (2018).

Como o aplicativo estará disponível para usuários de todas as plataformas de celular, terá geoprocessamento, funcionará online e off-line, terá mais de 15 páginas, e precisará de um chat (para o auxílio), o aplicativo custará, segundo DevMaker (2018), R\$60.000,00 reais, e mais R\$1.200,00 reais de áudioscritor. Assim que o setor de comunicação do parque tiver detalhado cada local e mandar para a empresa que está executando o aplicativo, no primeiro semestre de 2019 poderia começar a ser utilizado principalmente pelas pessoas com deficiência visual.

5.2 ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

Conforme foi apresentado, o projeto de comunicação se divide em quatro projetos e todos eles serão apresentados separadamente, pois cada um aponta etapas diferentes para a execução.

5.2.1 Descrição das etapas para a execução do projeto

5.2.1.1 Etapas para a execução do projeto 1: Capacitação para funcionários

A ação de capacitação para os funcionários foi dividida em três etapas. Considerando a alta temporada nos primeiros meses do ano, a primeira etapa é contatar a instituição Univali apenas em março de 2019 para fechar contrato com um professor surdo (que já tem seu próprio plano de aula) para dar aula para os colaboradores duas vezes por semana.

A segunda etapa é organizar os dias e horários que terão aulas. Avaliando o horário de funcionamento do parque das 9h30 às 18h, o QUADRO 6 apresenta os horários e dias de cada grupo, totalizando 4 horas semanais, com o professor dando aulas duas vezes por dia da semana.

QUADRO 6 – CRONOGRAMA DE AULAS DE LIBRAS

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Grupo 1		9h30 às 11h30		9h30 às 11h30	
Grupo 2	13h30 às 15h30		13h30 às 15h30		
Grupo 3		13h30 às 15h30		13h30 às 15h30	
Grupo 4	16h00 às 18h00				13h30 às 15h30
Grupo 5			16h00 às 18h00		16h00 às 18h00

FONTE: A autora (2018)

A terceira fase é formar grupos para as aulas. Considerando que sejam apenas 50 funcionários (número mínimo de colaboradores segundo o gerente do parque) e as turmas sejam de no máximo 10 alunos (em razão da especificidade do ensino), teria que os dividir em 5 grupos, sempre mesclando os setores para não ter desfalque nas atividades. A última parte é o início das aulas, a partir do dia 4 de fevereiro, começando pelo Grupo 2.

5.2.1.2 Etapas para a execução do projeto 2: Apreciação de imagens publicadas em redes sociais

Da maneira que o projeto seja de fácil execução, viu-se necessário apenas duas etapas para a implementação do mesmo e que pode começar de imediato. O primeiro é, quando houver uma foto para publicar em redes sociais, criar legenda nas normas introduzidas pela criadora do projeto. O segundo passo é apenas postar a foto com a *hashtag* “#PraCegoVer”. Não há direitos autorais, considerando que a autora criou este projeto visando a acessibilidade, e não lucros.

5.2.1.3 Etapas para a execução do projeto 3: Disposição de réplicas táteis

Para os animais táteis o projeto foi dividido em cinco etapas. A princípio será fechado contrato com a empresa que fará as réplicas 3D. Depois o Unipraias enviará o nome dos animais, descrição e fotos para elaboração do modelo. A terceira etapa é a empresa fazer de forma virtual o projeto e terem aprovação por parte do parque. A quarta etapa é aguardar a conclusão das impressões, que pode levar de cinco a vinte horas cada peça sem a pintura. O quinto processo é a implantação/instalação ao lado de cada painel condizente com suas características.

5.2.1.4 Etapas para a execução do projeto 4: Aplicativo acessível do Unipraias

Por se tratar de um aplicativo, este projeto exige mais etapas para a execução do mesmo. A primeira etapa é o Unipraias reunir todas as informações que desejar que devem ser disponibilizadas no aplicativo, como dúvidas, preços, mapa do parque, fotos, e conteúdo da áudiodescrição. A segunda etapa é contratar a empresa que fará o aplicativo e apresentar todas essas informações. Como o aplicativo contará com áudiodescrição, a terceira etapa é contratar um profissional da área – um áudiodescritor – para trabalhar junto com a empresa que irá fazer o aplicativo fornecendo o serviço da voz. A quarta etapa é a empresa desenvolver o aplicativo e suas funcionalidades. Na quinta etapa, quando o aplicativo já estiver pronto, será para testes a fim de detectar possíveis

erros. Por fim, será a divulgação do aplicativo para todo o público, e em especial aos com deficiência visual.

QUADRO 7 – CRONOGRAMA DO PROJETO DE COMUNICAÇÃO

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
Projeto 1	1. Fechar contrato com a Univali			X		
	2. Organizar dias e horários das aulas			X		
	3. Formar grupos			X		
	4. Início das aulas				x	
Projeto 2	1. Criar legenda nas normas	x				
	2. Postar foto nas redes sociais com a <i>hashtag</i>	x				
Projeto 3	1. Fechar contrato com a empresa	x				
	2. Unipraias mostrar os animais que serão feitas réplicas	x				
	3. Aprovação do Unipraias para os esboços	x				
	4. Processo de concretização dos objetos		x			
	5. Implantação das réplicas no parque			x		
Projeto 4	1. Reunião de informações	x				
	2. Fechar contrato com a empresa e apresentar o que deseja no aplicativo		x			
	3. Contratação de áudiodescritor		x			
	4. Desenvolvimento do aplicativo			x		
	5. Fase de teste do aplicativo				x	
	6. Divulgar o aplicativo					x

FONTE: A autora (2018).

5.2.2 Descrição dos recursos humanos envolvidos em cada etapa

Para o primeiro projeto, o setor de recursos humanos que irá fechar contrato com a instituição que dará aulas, organizar dias e horários das aulas e formar os grupos que serão divididos, fazendo toda a parte de organização da equipe do parque. Para o início das aulas, todos os colaboradores devem participar, não apenas os colaboradores que lidam diretamente com o público,

pois é necessário pensar em mudanças dentro da empresa que poderão ocorrer como troca de setores e cargos.

No projeto dois, serão necessários dois funcionários do setor de comunicação/marketing, que se revezarão para realizar as legendas do "#PraCegoVer" e postar as fotos nas redes sociais

O projeto três, da réplica tátil, será necessário o setor comercial para fechamento de contrato, e depois três pessoas do setor de comunicação/marketing irão apresentar os animais que irão ser feitas réplicas e aprovarão os esboços da empresa que fará o processo de concretizar os objetos. Por fim, o próprio setor de comunicação/marketing irá fazer a implantação das réplicas pelo parque.

Para o projeto quatro serão necessárias quatro pessoas do setor de comunicação/marketing, pois duas irão reunir todas as informações sobre o parque e duas irão propor o que pretendem para o aplicativo. Depois disso, uma pessoa deste setor e mais uma do comercial fecharão contrato com a empresa que realizará o aplicativo, além de ser contratada uma profissional para fazer a áudiodescrição. Com o desenvolvimento do aplicativo finalizado, serão realizados três testes (em cada estação) no Unipraias pela própria empresa realizadora, e então o setor de comunicação/marketing divulgará o aplicativo para seus visitantes.

QUADRO 8 – SETOR OU PROFISSIONAL ENVOLVIDO EM CADA ETAPA

		Setor / Profissional que realizará	Funcionários necessários
Projeto 1	1. Fechar contrato com a Univali	Setor de Recursos Humanos	1
	2. Organizar dias e horários das aulas	Setor de Recursos Humanos	2
	3. Formar grupos	Setor de Recursos Humanos	2
	4. Início das aulas	Todos os colaboradores do Unipraias	50*

Projeto 2	1. Criar legenda nas normas	Setor de Comunicação / Marketing	2
	2. Postar foto nas redes sociais com a <i>hashtag</i>	Setor de Comunicação / Marketing	2
Projeto 3	1. Fechar contrato com a empresa	Setor Comercial	1
	2. Seleção dos animais que serão feitas réplicas	Setor de Comunicação / Marketing	3
	3. Aprovação do Unipraias para os esboços	Setor de Comunicação / Marketing	3
	4. Processo de impressão dos objetos	Empresa P1 Projetos	-
	5. Implantação/instalação das réplicas no parque	Setor de Comunicação / Marketing	2
Projeto 4	1. Reunião de informações	Setor de Comunicação / Marketing	4
	2. Fechar contrato com a empresa e apresentar esboço do aplicativo	Setor Comercial + Comunicação / Marketing	2
	3. Contratação de áudiodescritor	Áudiodescritor	1
	4. Desenvolvimento do aplicativo	DevMaker	-
	5. Fase de teste do aplicativo	Setor de Comunicação / Marketing + DevMaker	3
	6. Divulgar o aplicativo	Setor de Comunicação / Marketing	1

FONTE: A autora (2018).

* Considerando-se o mínimo de funcionários.

5.2.3 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa

Visando os investimentos a serem realizados pelo parque, o primeiro projeto terá um custo mínimo de R\$2.000,00 mil reais e poderá chegar a R\$3.960,00 mil reais por variar de 50 a 99 funcionários. No segundo projeto não

haverá custos pelo fato do próprio setor de comunicação/marketing fazer este serviço.

No terceiro projeto será desembolsado o valor de R\$12.000,00 mil reais para oito réplicas, contudo o processo de colocação dos animais no parque não tem custo devido aos próprios funcionários fazerem o trabalho. Já o último projeto terá o custo de R\$60.000,00 mil reais da parte da empresa que fará o aplicativo e mais R\$1.200,00 reais do áudioscritor. No quadro a seguir serão apresentados os custos de cada projeto e o valor total deste projeto de comunicação.

TABELA 1 – VALOR DESEMBOLSADO NO TOTAL

PROJETO	ORÇAMENTOS
Projeto 1	R\$2.000,00 reais
Projeto 2	-
Projeto 3	R\$12.000,00 reais
Projeto 4	R\$61.200,00 reais

TOTAL	R\$75.200,00 reais
--------------	--------------------

FONTE: A autora (2018).

5.2.4 Avaliação do retorno do investimento

Este projeto de comunicação não buscou faturamento de forma direta, pois sempre buscou tornar o parque mais acessível. Entretanto, apresentando as alterações realizadas, o público com deficiência e/ou com mobilidade reduzida irá se interessar mais pelo parque por apresentar a preocupação com a acessibilidade e inclusão dos visitantes, fazendo com que tenha mais fluxo de pessoas.

De modo que no Brasil seja raro ser visto projetos apresentados como neste trabalho, o parque Unipraias ganhará mais um reconhecimento por ser visto como um parque acessível não apenas por sua infraestrutura básica de acessibilidade, mas mostrando que aprimora seus projetos pensando no público que muitas vezes é excluído de atividades comuns.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema tratado neste trabalho é de extrema importância por abordar a acessibilidade e a inclusão social. As pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em muitos momentos, não têm acesso tanto a informação, quanto aos locais por apresentarem barreiras arquitetônicas e comunicacionais, assim como outros entraves existentes.

Por existirem legislações na área de acessibilidade como leis, decretos e a própria ABNT, houve melhorias em espaços físicos, atividades de lazer, comunicação, e até mesmo na área do trabalho e estudo. Atualmente, os espaços existentes antes da legislação sobre acessibilidade, vêm se adequando e adaptando, enquanto os novos espaços já estão sendo construídos de forma acessível. Assim, com devidas análises, conseguiu-se alcançar o primeiro objetivo do trabalho que era de construir o referencial teórico com base na legislação brasileira.

Considerando os outros objetivos específicos mencionados, foi possível consultar boas práticas integrativas em locais de lazer não só do Brasil como do mundo, mostrando tanto que existem pessoas com atenção à inclusão, quanto um público que não visitava estes empreendimentos por não apresentar condições de utilização.

Visando a pesquisa em campo, foi realizada a averiguação da arquitetura local para confirmar que a maior porcentagem do parque é acessível e que apenas alguns espaços necessitam de adaptações, tais como colocação de piso tátil por todo o parque e mudança do piso da Estação Mata Atlântica. Também foi averiguado que o parque atende a alguns princípios do desenho universal, tendo maior restrição ao uso dos brinquedos.

Conforme a entrevista realizada com o gerente do Unipraias, aferiu-se que há uma preocupação por parte da empresa em qualificar seus funcionários e também que inovam nos projetos para melhor atender o público. O último objetivo específico, de avaliar a acessibilidade de acordo com a reputação online, foi analisado como um bom parque para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida apesar das restrições nos brinquedos.

Tendo em vista as quatro hipóteses, o Unipraias é acessível para todas as pessoas, não somente para pessoas com deficiência física, sensorial e

peças com mobilidade reduzida, e apresenta facilidades para este público. Porém, há ainda que recorrer ao se tratar do piso derrapante, instável e irregular que precisa ser alterado na segunda estação para melhor atender o público com deficiência física, visual e pessoas com mobilidade reduzida.

Também, pode-se afirmar que os objetivos geral e específicos foram alcançados e o problema de pesquisa “O parque Unipraias é acessível para as pessoas com deficiência física, visual, auditiva e/ou com mobilidade reduzida?” foi solucionado através das pesquisas e questionário.

Por fim, espera-se que a proposta do projeto de comunicação exposto neste trabalho atenda às necessidades do público com deficiência e com mobilidade reduzida e que traga a inclusão e satisfação desejadas a estes visitantes.

REFERÊNCIAS

- ADAPTSURF. **Apresentação**. Rio de Janeiro, [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2J6F1dD>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.
- APAE BRASIL. **Conheça a APAE**. Brasília, [201-]. Disponível em: <www.apae.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, Bauru, n. 2, p. 63-70, 1995.
- ARTE E INCLUSÃO. **MON**. São Paulo, 2017. Disponível em: <www.arteinclusao.com.br/mon>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050: 2015. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- ASSOCIAÇÃO APOIO AO DEFICIENTE FÍSICO. **Quem somos**. São Paulo, [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2sjwmKc>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- BATISTA, C. A. M. **A inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado formal de trabalho**: um estudo sobre suas possibilidades nas organizações de Minas Gerais. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 9, n. 12, dez. 2002, p.113-114.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BIRCH, B. **Personagens que mudaram o mundo**: Louis Braille. Rio de Janeiro: Globo, 1990.
- BOUTINET, J. **Antropologia do projeto**. Porto Alegre: Art Méd, 2002.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Sobre o Conade**. Brasília, [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2shXAAV>>. Acesso em: 30 abr. 2018
- _____. Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 21 de dezembro de 1999.
- _____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário**

Oficial, Brasília, DF, 23 de dezembro de 2005.

_____. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 9 de novembro de 2000.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 2000.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 25 de abril de 2002.

_____. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial**, Brasília, DF, 07 de julho de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2J6EJDo>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/Seesp, 1994.

_____. Ministério do Turismo. **Acessibilidade nas Cataratas do Iguaçu**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2tb7Rm1>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2bOf4Md>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível**. Volume III. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, p. 9-11. Disponível em: <<https://bit.ly/2LBXkFY>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Turismo Acessível. **Guia Turismo Acessível**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2bHVYfP>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão aprova adequação em parques para acesso de deficientes**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2JcJL1k>> Acesso em 08 de maio de 2018.

CASTELL, L. **Building access for the intellectually disabled**. Facilities, v. 26, 2008.

CENTRO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL. **Conheça o CADEVI**. São Paulo, 2016. Disponível em <www.cadevi.org.br>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3ª edição. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CORRER, R. **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade**. Bauru: EDUSC, 2003.

DEVMAKER. **Quanto custa criar um aplicativo**. Curitiba, 2018. Disponível em: devmaker.com.br/quanto-custa-criar-um-aplicativo/ Acesso em 14 de outubro de 2018.

DIAS, P.O.O. **Ações inclusivas em atividades de lazer e turismo: análise do projeto praia sem barreiras – Ipojuca/ PE**. 2013. 90 f. Monografia - Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Turismo. Curso de Turismo Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. Tradução: Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

FAPCOM. **Conheça a #PraCegoVer**. São Paulo, 2016. Disponível em www.fapcom.edu.br/blog/conheca-a-pracegover.html Acesso em 14 de outubro de 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Educação Profissional e Trabalho para pessoas com Deficiências Intelectual e Múltipla**. Brasília, DF: FENAPAES. 2007.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS. **Área de atuação**. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lznn0n>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

FEITOSA, A. R. **Turismo e inclusão social: um estudo sobre as contribuições do marketing social para a inclusão das pessoas com deficiência no usufruto do turismo no Brasil**. 2009.150f. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5ª edição. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES, M. **Oportunidades e investimentos em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notícias Censo 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2xiyasS>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Quem somos**. Disponível em: <<https://bit.ly/2sgwL0b>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

KOTLER, P; ROBERTO; E. L. **Marketing Social: Estratégias para alterar o Comportamento do público**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LINDEMANN, J. E. **Psychological and behavioral aspects of physical disability: A manual for health practitioners**. New York: Plenum Press, 1981.

MAZZOTA, M. J. S.; D'ANTINO M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.20, n.2, p. 377-389, 2011.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MORGAN'S WONDERLAND. **Morgan's Inspiration Island**. San Antonio, 201-. Disponível em: <<https://bit.ly/2sfbFjm>>. Acesso em: 08 de maio de 2018.

MUSÉE DU LUVRE. **Accessibility**. Paris, [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2kwCyey>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

NERI, L. **Turismo e lazer para pessoas com necessidades especiais: o exemplo espanhol**. Anais do Semintur, Caxias do Sul, 2005.

OLIVEIRA, H. R. L. **A vida do portador de deficiência mental, sua família e eterna busca por um lugar na sociedade**. 2008. 40f. Monografia – Curso de Lato Sensus, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2J9bGPM>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

OMT – Organização Mundial do Turismo. Embratur. **Desenvolvimento de turismo sustentável**. Brasília, 1994.

ONCE. **Museo Tiflológico**. Madri, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/1CXRapc>>. Acesso em 08 de maio de 2018

ONU. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência**, 1982. Disponível em:<<https://bit.ly/2LCwLQG>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-IX: Revisão da Classificação Internacional de Doenças**. Porto Alegre: Sagra, 1976.

P1 Protótipos. **Impressão 3D**. Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.p1prototipos.com.br/impressao-3d> Acesso em 14 de outubro de 2018.

PARQUE DOS SONHOS. **Atividades**. Socorro, [201-]. Disponível em: <https://bit.ly/2LznwRt>. Acesso em 08 de maio de 2018.

PEREIRA, J. R. T. **Qualidade de vida de pessoas com deficiência mental**: um estudo com questionário de qualidade de vida - QQV. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PERLES, J. B. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história**. Selvíria, 2006, p. 1-17. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf> Acesso em 30 de outubro de 2018.

PIAUÍ. **Piauí Praia Acessível já realizou mais de 3 mil atendimentos**. Teresina, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2LwqW7o>. Acesso em 08 de maio de 2018

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

RIBAS, J. B. C. **O que são deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROBERTSON, S; BROWN, R. **Rehabilitation counselling**: approaches in the field of disability. Londres: Chapman & Hall, 1992.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, março/abril. 2009, p. 10-16.

SCHIRMER, C. R. *et al.* **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. São Paulo, MEC/SEESP, 2007.

SCHWARZ, A; HABER, H. **Guia Brasil Para Todos**: roteiro turístico e cultural para pessoas com deficiência. São Paulo: Áurea Editora, 2009.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

SOUZA, J. T. Análise da acessibilidade para portadores de deficiência física no parque estadual de Vila Velha. In: Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu. **Anais....** Foz do Iguaçu, 2011.

STEINFELD, E. **Arquitetura através do desenho universal**. In: Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico e VI Seminário sobre acessibilidade ao meio físico. Rio de Janeiro, 8 a 10 de junho de 1994. Brasília: CORDE, 1994, p. 87-89.

STROBEL, Karin L. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. Educação temática digital. v. 7, n. 2, 2006. p. 244-252.

TORRES, J. P.; SANTOS, V. Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais. **Educação**, Batatais, v. 5, n. 2, p.33-52, 2015.

TRIP ADVISOR. **State os Santa Catarina**. Disponível em: <<https://bit.ly/2Jbxji4>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. **Traveller's choice**. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/29UrIZJ>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

TURISMO ACESSÍVEL. **Guia Turismo Acessível**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2bHVYfP>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

UNIPRAIAS. **Parque Unipraias**. Balneário Camboriú, [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2saN9jE>>. Acesso em 02 de maio de 2018.

UNITED NATIONS. **World programme of action concerning disable persons**. New York: United Nations, 1983.

UNIVALI. **Curso de LIBRAS 2018/01**. Itajaí, 2018. Disponível em: www.univali.br/eventos/comunidade-arte-cultura-e-musica/Paginas/evento1991.aspx Acesso em 14 de outubro de 2018.

UNIVERSAL ORLANDO RESORT. **Rider's guide**: For rider safety and guests with disabilities. Orlando, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2kuqXN5>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – AVALIAÇÃO DO PARQUE UNIPRAIAS DE ACORDO COM A NORMA BRASILEIRA 9050 DE 2015.

DESCRIÇÃO DE ACORDO COM A NBR 9050:2015	SIM	NÃO	OBS
1. ESTACIONAMENTO			
a) Possui 2% das vagas destinadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida com, no mínimo, uma vaga?			
b) A vaga está localizada próxima ao acesso ao parque?			
c) As vagas são localizadas de modo a evitar que ocorra a circulação e passagem de pedestres entre os veículos?			
d) Existe rota acessível interligando as vagas do estacionamento até o interior da edificação de no máximo 50m?			
e) Possui faixa de circulação livre de obstáculos (1.20m) localizada ao lado da vaga de estacionamento, para a pessoa com deficiência?			
f) As vagas reservadas para pessoas com deficiência possuem sinalização horizontal e vertical?			
g) O piso do estacionamento é antiderrapante, nivelado e sem inclinação?			
2. ACESSO À EDIFICAÇÃO			
a) A calçada possui faixa livre para pedestre com largura mínima de 1,20m?			
b) Obstáculos aéreos, como marquises, placas, toldos e vegetação estão localizados a uma altura superior a 2.10m?			
c) É livre de obstáculos no piso da calçada que comprometa a rota acessível?			
d) O piso da calçada é regular, estável e antiderrapante?			
e) A calçada possui piso tátil de alerta com largura mínima de 0,25m?			
f) A calçada possui piso tátil direcional com largura mínima de 0,20m?			
g) Possui guias rebaixadas em frente a faixa de pedestres, nas esquinas onde houver travessia de pedestres?			
h) A rampa principal das guias rebaixadas tem inclinação máxima de 8,33% e largura mínima de 1,50m?			
i) É sinalizada com piso tátil de alerta em torno da guia rebaixada ou na rampa principal?			
j) Há a garantia de, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos?			

3. CIRCULAÇÃO INTERNA

a) A largura dos corredores é de no mínimo 1,20m?			
b) O piso é antiderrapante, regular e estável?			
c) Possui piso tátil de alerta com largura mínima de 0,25m?			
d) Possui piso tátil direcional com largura mínima de 0,20m?			
e) Além de escada, existe outra forma de acesso para vencer desníveis existentes, tais como rampa, elevador ou plataforma móvel?			
f) A rampa atende à largura mínima de 1.20m?			
g) A rampa atende à inclinação máxima de 8,33%?			
h) Os corrimãos das rampas e escadas possuem seção circular?			
i) Possui corrimão contínuo instalado nas duas laterais da escada?			
j) Os elevadores dão acesso a todos os pavimentos?			
k) O elevador possui dimensões mínimas de 1,40m x 1,10m?			
l) A porta do elevador possui largura livre mínima de 0,80m?			
m) A botoeira do pavimento do elevador está localizada entre 0,90m e 1,10m do piso?			
n) As botoeiras possuem sinalização em Braille localizada ao lado esquerdo ou sobre os botões?			
o) Em caso da necessidade de portas giratórias ou catracas, existe outro acesso vinculado à rota acessível?			
p) Os balcões de atendimento possuem altura máxima de 0,90m?			

4. BANHEIROS

a) Possui 5% dos banheiros acessíveis?			
b) Dispõe de, pelo menos, um banheiro acessível por pavimento?			
c) O piso é antiderrapante?			
d) A dimensão mínima do banheiro (situação que não inclui chuveiro) atende à especificidade da norma técnica (1.50m x 1.70m)?			
e) O sentido de abertura da porta é para fora?			
f) A porta possui um vão livre de 0,80m?			
g) Possui barra horizontal com largura igual à metade da dimensão da porta, afixada na parte interna da porta, distando 0,90m do piso acabado?			
h) O banheiro tem circulação com o giro de 360°?			
i) A válvula de descarga atende à altura de 1m?			

j) O lavatório está fixado a uma altura de 0,80m do piso e respeitando uma altura livre de 0,73m (borda inferior)?			
k) As torneiras são acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo equivalente?			
l) Os demais acessórios do banheiro atendem à altura entre 0,80m e 1,20m?			

5. PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO

a) Possui 5% dos balcões - de caixa para pagamento - acessíveis?			
b) Nos balcões de autosserviço as bandejas, talheres, pratos, copos, temperos, alimentos e bebidas estão dispostos dentro da faixa de alcance manual (0,50m de profundidade e 1,20m de altura)?			
c) Os alimentos e bebidas estão dispostos de forma a permitir o alcance visual (1,15m)?			
d) Possui mesas que atendem a altura entre 0,75m e 0,85m?			
e) A largura da mesa permite a aproximação frontal do usuário de cadeira de rodas (0,80x1,20m)?			

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O GERENTE GERAL DO PARQUE UNIPRAIAS.

1. Quantos funcionários o Unipraias tem?
 - a) De 1 a 49
 - b) De 50 a 99
 - c) De 100 a 149
 - d) De 150 a 199
 - e) Mais de 200
2. Caso o parque possua mais de 100 funcionários: De acordo com a Lei nº 8.213 de 1991, a empresa com 100 funcionários ou mais está obrigada a preencher de dois a 5 por cento dos cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. Com isso, o parque atende a esta lei?
 - a) Sim
 - b) Não

Observação:
3. Dispõe de capacitação (cursos) para os funcionários atenderem as pessoas com deficiência? Se sim, quais?
4. Quais os principais procedimentos de atendimento quando recebem pessoas com deficiência no parque?
5. Quais os projetos mais atuais de acessibilidade no parque?